

SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de março de 2022. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO RANGEL LULA DA SILVA
(1º Vice-Presidente) - AD HOC

À hora marcada, 16 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Ubaldino, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Léo Prates, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 24.362/2021, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 2.929, de 11 de maio de 1971, na forma que indica, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 24.459/2022, do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual da Pessoa Idosa, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 24.460/2022, do Poder Executivo, que disciplina a participação de secretários de estado e agentes públicos em conselhos ou entidades assemelhadas, constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e dá outras providências; e Projeto de Lei nº 24.461/2022, do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a alienar o bem imóvel, de propriedade do estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Horário das Representações Partidárias.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente! Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, hoje, esta Casa vai votar um projeto extremamente polêmico...

A Sr.^a Ivana Bastos: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Pois não, deputada Ivana... Deputada Ivana, o deputado Sandro...

O Sr. Sandro Régis: Esta Casa vai votar hoje um projeto bastante polêmico, projeto este que não há consenso, nem na Bancada da Oposição, tampouco dentro da Bancada do Governo. Eu já falei com alguns colegas, e os colegas não estão confortáveis para votar este projeto.

No papel de resguardar esta Casa, gostaria de registrar que eu não vejo por que nós votarmos este projeto de forma semipresencial, já que, a partir do dia 1º, ou seja, na próxima semana, esta Casa já estará em funcionamento normal, quando as sessões serão todas presenciais, Sr. Presidente.

Eu peço a V. Ex.^a uma verificação de quórum de continuidade da sessão, uma verificação nominal.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, não há uma votação dizendo que a próxima sessão, a partir de abril, será totalmente presencial. Não teve nenhum... Houve, aqui, um posicionamento do deputado Adolfo Menezes, presidente desta Casa, de que abriria os trabalhos na Casa na sua totalidade; mas seguiria o sentimento nacional, como funciona hoje o Congresso Nacional, numa sessão mista, ou seja, presencial e remota. Então, primeiro, só corrigindo a interpretação do meu querido amigo e deputado Sandro Régis.

Segunda questão, este projeto está nesta Casa desde novembro, e foi lido na Casa com as alterações solicitadas pelas partes interessadas. Isso está nas notas taquigráficas desta Casa, quando eu fiz a relatoria e colocamos emenda de relator. Coloquei a emenda de relator em função de uma solicitação dos interessados, a partir das reuniões com a Embasa, com o sindicato, com o Poder Executivo, com o próprio governador Rui Costa.

Então, não há de se falar que não houve debate. Este projeto, este projeto...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não pode ter manifestação. Não existe manifestação oral. Vocês podem aplaudir, vocês podem...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Agora, nós não vamos permitir qualquer manifestação, nós não vamos permitir, não vamos permitir. Respeitem o orador que está falando, respeitem o orador que está falando! Ou, então, nós vamos mandar intervir. Eu não quero... Esta é uma Casa... O comportamento sempre foi este, ou seja, mal iniciamos a sessão e nós não vamos aturar determinados gestos nesta Casa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, obrigado.

Queria só que corrigisse o meu tempo aí.

Então, presidente, primeiro, quero deixar aqui afirmado, e há um falso entendimento neste debate, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que o projeto não versa, em nenhum dos seus itens, sobre qualquer temática da venda de ativo e abertura de capital, até porque a Embasa é uma empresa de sociedade anônima, e ela tem o seu regramento específico. Então, se há alguém nesta Casa que, por acaso, falou isso, esta afirmação é uma blasfêmia ou ignorância por não ter lido o projeto.

O projeto não versa sobre esses temas, o projeto versa sobre a atualização da empresa para que ela possa se tornar uma empresa que dispute no mercado em condições com as outras empresas na área de saneamento. Não votar este projeto significa manter a Embasa com a impossibilidade de disputar os grandes projetos, o que é um prejuízo para a companhia de água e esgoto do estado da Bahia, o que é, exatamente, o inverso.

Então, Sr. Presidente, nós já debatemos e lemos o projeto. Aqui, o projeto será, apenas, para entrar em votação na hora, no momento da votação.

Eu queria ponderar com o deputado Sandro Régis que a gente está nesta Casa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Os 30 primeiros minutos sempre foram para os debates. O Pequeno Expediente sempre foi de debates para que a gente possa instituir o debate. Quero pedir ao deputado Sandro que a gente possa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) instituir o debate.

Se não for possível, queria que V. Ex.^a marcasse o tempo regimental e convocasse os deputados nominalmente para que possa fazer a chamada dentro do mesmo procedimento. Alguns deputados, com dificuldades de acessar o SevWeb, vão lhe dar a mesma posição que nós tivemos na sessão passada, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) contabilizando as pessoas que estão presentes na sessão.

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Primeiro, Sr. Presidente, primeiro, eu quero deixar, aqui, bem claro.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Vamos evitar o debate agora.

O Sr. Sandro Régis: Não, não. Eu quero deixar bem claro que a gente não pede verificação de quórum no Pequeno Expediente. Eu tive o cuidado de escutar V. Ex.^a. Eu pedi a verificação de quórum no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Sim, eu concordo com V. Ex.^a.

O Sr. Sandro Régis: Então, nós não quebramos nenhum tipo de acordo e nenhum tipo de bons modos nesta Casa. Agora, o deputado Rosemberg disse que quem não lê o projeto é ignorante, não é? Então todos os servidores da Embasa que não estão de acordo são ignorantes. Nós somos ignorantes.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Viu. Mas vamos evitar polêmica. Aí é debate.

O Sr. Sandro Régis: Eu só peço a V. Ex.^a pedir ao líder para retirar a palavra ignorante.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Sim, mas ele se referia a quem não leu.

O Sr. Sandro Régis: Não! Por que não? Ele disse que quem ler o projeto e não entender é ignorante.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, deputado Sandro...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não vamos... Deputado Sandro!

O Sr. Sandro Régis: E isso ofende completamente a Bancada da Oposição...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Vamos conduzir com tranquilidade a sessão.

V. Ex.^a será atendido...

O Sr. Sandro Régis: (...) e todos os servidores...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): (...) em vossa questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não foi essa a intenção. Se o deputado Sandro Régis fizer a leitura, ...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O.k.! Eu já entendi.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) se ele entendeu dessa maneira, não é isso que eu quero que fique registrado nas notas taquigráficas.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Pronto!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É que eu, apenas, deixei registrado é que o projeto não versa, em nenhum item, sobre a abertura de capital e venda de ativo. Aí, quem não leu o projeto desconhece disso. Vamos usar outra palavra, então.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O.k.! Vamos zerar o painel e dar os 15 minutos regulamentares.

Existe uma questão de ordem do deputado Sandro Régis pedindo uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Alex Lima: Alex Lima presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Zerem o painel.

Deputado Sandro Régis, V. Ex.^a tem que registrar a presença.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vamos dar a presença aí.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O relógio está parado. O cronômetro está parado. Marquem os 15 minutos.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. Zó: Presente, presidente. O deputado Zó está presente. Senão, fica todo mundo falando!

O Sr. Paulo Câmara: O microfone está aberto, deputado Zó.

O Sr. Zó: Então, registrem a minha presença, por favor.

O Sr. Roberto Carlos: Só é preciso marcar a presença.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Nós vamos voltar a pedir ao senhor para não se manifestar. Não pode se manifestar. Nós não vamos tolerar qualquer agressão a nenhum dos parlamentares.

(As galerias se manifestam.)

Não! Se quiser, chama ele lá fora e conversa lá fora. Mas, aí, não!

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Restabelecido o quórum.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o representante do PSOL, deputado Hilton Coelho, para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Eu mesmo falarei, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, ocupamos esta tribuna, no pouco tempo do PSOL, para tratar de um tema que é gigantesco em relação ao futuro da Bahia: a ameaça que hoje paira sobre esta Casa de trair o povo brasileiro e votar um projeto que vai esquartejar a nossa Embasa, vai tornar o nosso saneamento básico uma fonte de lucro a ser repartido por grandes grupos, especialmente grupos internacionais que têm, como representação principal, o mercado financeiro.

Neste exato momento, a Assembleia, mais uma vez, pela oitava vez, está com a sua frente ocupada pelos trabalhadores da Embasa, sociedade civil organizada, lideranças partidárias, dizendo não a este projeto. Se nós estivéssemos aqui, no momento da primeira tentativa do governo, nós poderíamos dizer que o discurso do líder do Governo iria enganar alguém em relação ao destino da Embasa, se aprovado este Projeto de Lei nº 24.362/2021. Mas, de cara, se uma pequena parte do que autoriza este projeto for implementada, a Embasa vai perder a chamada imunidade tributária recíproca. Isso significará uma perda de R\$ 350 milhões para a empresa, pois é esta quantia que a Embasa, hoje, deixa de pagar.

E, somado a isso, há um saldo negativo de mais de R\$ 500 milhões, o que significa quase R\$ 900 milhões de recursos que podem ir para o saneamento básico, dentro de uma lógica de atender às necessidades da população, que não será a lógica quando o serviço de saneamento básico, fornecimento de água, esgotamento sanitário for, simplesmente, rateado por empresas públicas.

Essas empresas não têm interesse, no mínimo, em 340 municípios dos 367 que a Embasa se responsabiliza hoje. Por quê? Porque, desses 367, esses 340 não são, hoje, superavitários. Portanto, não há expectativa de lucro para essas empresas.

Qual é o significado disso? Que essas empresas vão abandonar os municípios! Esses municípios, considerados não lucrativos, ficarão no limbo, no limbo de uma assistência de que tipo de empresa? De uma Embasa enfraquecida. Por quê? Porque os municípios superavitários vão ficar na mão da iniciativa privada. Os municípios que, hoje, não conseguem ser superavitários não vão poder participar mais do chamado subsídio cruzado, que vai ser triturado por esta proposta.

Portanto, este é, antes de tudo, um projeto que fere a soberania nacional, porque vai colocar um serviço, uma riqueza estratégica para o Brasil, para os baianos e brasileiros, na mão do capital estrangeiro.

Portanto, eu quero chamar à responsabilidade aqui desta Casa. Nós não podemos ver isso. É melancólico ver o campo político, que se contrapôs historicamente à privatização...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) e hoje manchará a história, a sua própria história, a história desta Casa, aprovando um projeto nefasto contra os interesses

populares, contra a perspectiva de respeito ao direito essencial da água, de respeito à própria vida da população baiana.

Longa vida aos trabalhadores da Embasa que estão ocupando, aqui, as nossas galerias! (Palmas)

Nós queremos chamar, cada vez mais, a mobilização social!

Precisamos derrubar o quórum dessa sessão, fortalecer a mobilização social e fazer com que o governo retire o projeto da Assembleia Legislativa. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra...

(As galerias se manifestam.)

Nós vamos pedir para V. Ex.^a se retirar.

(As galerias se manifestam.)

É do povo, sim! Agora, de pessoas que tenham educação, de quem tem educação. Já me manifestei nesta tribuna, já estive aí. Agora, esse tipo de comportamento não é admissível.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu mesmo falarei, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, por todo o tempo.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, representantes aqui dos sindicatos, imprensa, servidoras, servidores, eu fico muito à vontade, porque a democracia, num país e num estado como o nosso, permite as divergências de opinião. Isso é o bom da democracia.

O ruim é quando é apenas uma única opinião que vira verdade. Por isso, eu quero colocar uma posição para contrapor a uma ideia de que se tem tentado passar, aqui, unicamente, como uma forma eleitoreira do debate de conteúdo e do que, realmente, este projeto versa.

(...) a uma ideia que tem se tentado passar aqui unicamente como alguma forma eleitoreira do que efetivamente do debate de conteúdo e do que realmente esse projeto versa.

Deputado Hilton, eu tenho um grande respeito a V. Ex.^a, mas não é verdade o que o senhor falou aqui. Por isso, deputado Sandro Régis, quando eu farei aqui: “ou é por ignorância ou é má fé”, e o deputado Hilton não é ignorante. Esse projeto não tem uma linha que verse sobre privatização, sobre venda de ativo ou a abertura de capital.

Conversei com os dirigentes sindicais dez vezes. A última numa reunião com a presença do deputado Hilton e do deputado Marcelino Galo na sala da presidência. E é verdade que o deputado Hilton tem uma posição e ele colocou lá: “eu não vim aqui

discutir pontos do projeto. A posição dele é de não votar nada, diferentemente do que nós combinamos com os outros que estavam na reunião. Há alteração de pontos do projeto e li aqui como relator os pontos que nós negociamos e fiz a alteração com emenda de relator que me permite fazer isso nessa Casa ou a qualquer deputado na posição de relator do projeto e alterei com a emenda do relator para atender aos trabalhadores da Embasa sobre a representação do seu sindicato.”

Então eu não posso, deputado Hilton, aceitar aqui posicionamentos como esse que V. Ex.^a fez. Se as pessoas mudaram de opinião não é da minha responsabilidade. Eu fui dirigente sindical durante 20 anos e nunca rompi um acordo que fiz. Jamais fiz isso, porque no momento que eu faço isso eu perco o respeito com a minha Base e perco o respeito com a outra parte que está do outro lado.

A bem da verdade, esse projeto que nós apresentamos aqui como relator, oriundo do Executivo, nenhum parlamentar aqui e V. Ex.^a sabe, pode retirar o projeto. Nenhum! Esse é um projeto de indicação do Poder Executivo e só ele pode retirar. Aqui no nosso cafezinho estão os representantes do Ministério Público e também tem projetos tramitando nesta Casa. Pelo regimento nós também não podemos retirar. Ou votamos, ou ajustamos, ou só o Ministério Público pode fazer isso. Esse projeto não é de iniciativa dos deputados. Então querer responsabilizar um outro deputado nessa Casa não é do direito dos trabalhadores.

Quero aqui, presidente, dizer e afirmar: não levarei para a lata do lixo a minha história. Alguém nesse instante disse aqui: “Deputado Rosenberg, lá, em Iitororó, quem fornece, quem trata a água é o Saae, não é nem a Embasa.” O nível de desconhecimento é tanto que a Embasa não atua na minha cidade. Eu gostaria que a Embasa atuasse, porque eu tenho um respeito muito grande pela Embasa. Por isso, nós estamos neste debate.

Aqui não é o debate de quem você quer ver o fim da Embasa. Aqui é o debate de quem quer uma Embasa forte para disputar os projetos de saneamento aqui no estado da Bahia, e fora do estado da Bahia.

Quem não quer a aprovação deste projeto é quem quer fragilizar a empresa para ser presa fácil para iniciativa privada. Precisamos colocar a verdade dos fatos, deputado Hilton.

Se tem alguém aqui para quem não quer votar este projeto, está fazendo papel de fragilizar a empresa para a sua privatização. Não somos nós, o governo do estado ou os deputados, quem tem uma posição sobre este projeto.

V. Ex.^a, ou por má-fé ou por ignorância, faz o papel, aqui, para enfraquecer a empresa para torná-la presa fácil para a iniciativa privada. Aí, sim, porque asfixiar a Embasa, é o que vocês querem.

Nós queremos fortalecer esta empresa para que ela possa ter a mesma oportunidade que todas as outras possam ter para disputar, no mercado, esse filão que, hoje, é o saneamento e que as empresas estão se organizando no Brasil inteiro para disputar, para ganhar dinheiro com saneamento.

E querem fragilizar a Embasa!

Veja a dificuldade que é de fazer a repactuação dos contratos com os diversos municípios. Nós fizemos aqui. Votamos as microrregiões de saneamento. Isso não foi para enfraquecer a Embasa, foi para fortalecer a Embasa, para dizer, deputado Hilton, que só pode descredenciar, cancelar o contrato com a Embasa, o município em parceria com todos os outros.

Fizemos isso para evitar que um único município sozinho se descredencie da Embasa, mas que a Embasa mantenha os seus contratos com os diversos municípios, de forma consorciada. Isso não é para enfraquecer a Embasa, isso era para fortalecer a empresa e enfrentar este projeto que foi votado no Congresso Nacional, que o meu partido se colocou contra e que votou contra.

Mas, infelizmente, alguns parlamentares que, hoje, na rua, recebem aplausos, são os mesmos que votaram pela mudança do novo Marco Legal do Saneamento.

É bom que os trabalhadores da Embasa e que a sociedade entenda isso. Às vezes, a gente fica refém de um processo de emendas que está acontecendo no Congresso Nacional. Mas essas emendas custam muito caro para a população em cada cidade, principalmente, fragilizando as possibilidades de manter o serviço estatal no nosso estado da Bahia.

Então, eu venho aqui debater com muita tranquilidade, mas com muita tranquilidade mesmo, porque eu fiz acordo junto com deputado Marcelino Galo e acordamos na semana passada que votaríamos o projeto. E V. Ex.^a presenciou. V. Ex.^a deveria aqui dizer a verdade. Está bom, você disse lá que era contrário, a bem da verdade, você disse que não estava ali para fazer nenhum tipo de mudança no projeto de lei. Você, desde o início, queria retirar. Mas os outros representantes que estavam lá acataram e acertaram uma combinação, e nós voltamos combinados. Está registrada nesta Casa a minha voz, quando eu disse na sessão passada que foi combinado e havia representantes aqui nas galerias e não fizeram uma manifestação sequer.

Então é preciso restabelecer a verdade. É preciso saber quem quer tornar uma empresa como a Embasa forte e capaz de disputar a área de saneamento *tête-à-tête* com outras empresas ou quem quer, pelo falso discurso esquerdista, fragilizar a companhia para virar presa fácil do sistema capitalista. Essa é a nossa diferença!

E eu quero fazer esse debate em qualquer canto, não tenho nenhum problema de fazer isso. Até porque eu sou originário de uma empresa em que o maior capital é do estado, mas a maioria do capital está na iniciativa privada. E eu defendo e defendi a Embasa! Aceitei, inclusive, que fizessemos um parágrafo separado para manter a prerrogativa da Assembleia Legislativa naquilo que sempre foi originário da Assembleia Legislativa.

Agora, deputado Paulo Rangel, às vezes isso nos deixa muito tristes, porque sob o falso discurso da defesa está a entrega do patrimônio público. Eu quero debater, porque não há ninguém, pode haver igual, mas não há ninguém para defender o patrimônio público como eu e os meus colegas do Partido dos Trabalhadores. E com

o falso discurso de que nós queremos privatizar a Embasa, está do outro lado a tentativa de fragilizá-la, aí, sim, para se tornar uma empresa ineficiente e incapaz de fazer o serviço que a população baiana exige e quer.

Muito obrigado.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem. Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem, Sr. Presidente.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado Hilton, se for para pedir verificação de quórum, existe um acordo na Casa que...

O Sr. Hilton Coelho: Não é, não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O.k. Então se for questão de ordem...

O Sr. Hilton Coelho: Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Se não for questão de ordem, se for para debater o tema, nós não vamos permitir.

O Sr. Hilton Coelho: Não, eu não quero debater o tema. Eu fui citado pelo deputado Rosemberg de maneira explícita...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Foi citado dentro do discurso político, deputado Hilton. Isso é normal.

O Sr. Hilton Coelho: Fui citado de maneira explícita, eu queria contrapor.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não, V. Ex.^a... Citado é quando o deputado se dirige a outro com qualquer tipo de ofensa.

O Sr. Hilton Coelho: Não, o deputado disse que eu estou faltando com a verdade.

Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): V. Ex.^a me perdoe, mas comentar o discurso... V. Ex.^a vai ter tempo para debater o projeto.

O Sr. Hilton Coelho: Não, não foi um mero comentário, Sr. Presidente. O deputado disse eu estava faltando com a verdade.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Eu vou abrir essa concessão, mas nós não vamos permitir debate sem que se estabeleça lá na tribuna.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas, Sr. Presidente, se vai abrir, eu vou querer a réplica.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): É isso aí. Senão vai ficar... E se V. Ex.^a... até porque V. Ex.^a tem de dizer qual é a questão de ordem. Peço paciência a V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa)

Não há orador?

O Sr. Sandro Régis: Não, há.

Falará, Sr. Presidente, por todo o tempo, o deputado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado Prisco, por todo o tempo.

O Sr. Sandro Régis: Desculpe-me, Sr. Presidente, Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado Carlos Geilson com a palavra.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O deputado Carlos Geilson falará pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, amigos que nos acompanham, colegas da imprensa, um projeto como este não pode ser votado desta forma açodada, apressada, sem um amplo debate com a sociedade.

(As galerias se manifestam.)

Quero aqui prestar a minha solidariedade ao deputado Hilton Coelho, muito atento, diligente, que foi criticado de forma injusta pelo líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto. O deputado que falou há pouco, Hilton, expressou o seu sentimento contra um projeto, em relação a um projeto que é tudo contra o que o Partido dos Trabalhadores sempre pregou em praça pública. A Embasa é um patrimônio do povo da Bahia e, como tal, deve ser preservada e não simplesmente entregue ao capital, ao bel-prazer de quem, hoje, governa o estado da Bahia.

A expressão do deputado que conhece muito bem, que lê e que é atualizado, merece que nós façamos essa observação. E eu quero, deputado Hilton, prestar a minha solidariedade, e abro um espaço no meu discurso. V. Ex.^a precisa se manifestar e se contrapor ao que disse o líder do Governo, Rosemberg Pinto, com o que eu não concordo. E rechaço veementemente o seu pronunciamento.

O Sr. Hilton Coelho: Obrigado, deputado Carlos Geilson, pela gentileza.

Eu quero dizer ao deputado Rosemberg Pinto que, de fato, o encontro aconteceu com o presidente desta Casa. Nós discutimos o conteúdo do projeto, mas, em momento nenhum, o Sindae deixou de marcar posição de que era contrário ao projeto globalmente.

(As galerias se manifestam.)

Ainda que tenha feito críticas em relação ao conteúdo mais perverso do projeto, o Sindae nunca deixou dúvida sobre a sua motivação. O processo de mobilização que continuaria em frente da ALBA é uma demonstração disso,

deputado Carlos Geilson. Está tomada pelos trabalhadores, pela posição firme que tem assumido o Sindae. E o deputado Rosemberg, a meu ver, cai numa contradição muito grande porque, nessa mesma reunião, apesar de discursar aqui pelo fortalecimento da Embasa, num determinado momento, ali, sim, a meu ver, falou a verdade. Chegou a dizer que tinha uma avaliação extremamente negativa sobre a Embasa, que prestava um péssimo serviço e que não respondia às necessidades da população.

Foi isso que eu ouvi. Isso aí, me parece, naquele momento, as palavras que sinceramente estão no coração do deputado pela defesa desse projeto que fala, sim, em capital fechado e em capital aberto, em presença majoritária do estado ou presença minoritária do estado. Ou seja, o projeto deixa bastante evidente que existem diversas possibilidades de a nossa Embasa se associar a empresas privadas se tornando um sujeito secundário e é isso que vai acontecer. Essas empresas privadas vão pegar o que é superavitário, e os municípios deficitários vão ficar sob a responsabilidade de uma Embasa e de uma Cerb completamente enfraquecidas.

Então, se há alguém que não está em consonância com a verdade aqui é o deputado Rosemberg Pinto...

(As galerias se manifestam.)

(...) ao subir a esse púlpito e proferir um discurso sem a mínima coerência em relação às suas falas nos diversos encontros que aconteceram para discussão do projeto

Muito obrigado pela sua paciência, deputado Carlos Geilson, e gentileza.

O Sr. CARLOS GEILSON: Obrigado, deputado Hilton Coelho. Incorporo o seu pronunciamento ao nosso discurso.

E dizer que trair é algo já corriqueiro na vida do Partido dos Trabalhadores, notadamente o partido que se diz dos trabalhadores, mas não defende os trabalhadores. E, hoje, defende o capital infelizmente.

Um projeto como esse, meu caro presidente, deveria ser votado em uma sessão presencial. Está tudo voltando à normalidade. Na minha Feira de Santana, já foi liberado o uso de máscara em locais abertos. Aqui, na Assembleia, não há mais como fazer uma sessão, ainda mais para votar um projeto dessa magnitude, em que o deputado pode votar direto de qualquer ponto do estado através do celular. Não que isso tire a legitimidade, mas eu acho que empobrece o debate, fracassa o debate, notadamente quando se está debatendo justamente a situação da Embasa, uma empresa que merece de todos nós toda a atenção e carinho. Como falou, há pouco, o deputado Hilton Coelho: quem vai ficar responsável pelas cidades, pelos municípios deficitários? Porque o capital vai logo aonde há o filé. Sobre isso o capital vai de forma voraz. E para a Embasa vão ficar os municípios deficitários.

Portanto, esse é um projeto que beneficia o capital e que merece um amplo debate da sociedade baiana e, especialmente, desta Casa. Não é votar a toque de caixa, de forma açodada, de forma apressada. Não! Tem de haver vários debates,

várias sessões, até que o projeto seja amadurecido para que tenhamos condição de votar, até de forma favorável, se o governo resolver nos convencer.

Os discursos até agora estão muito longe de um convencimento, não somente dos deputados de oposição, mas de toda a sociedade baiana, que acompanha atentamente esse tema.

E quero dizer, mais uma vez, aqui o meu posicionamento. Há muito tempo eu defendo a desobrigação do uso da máscara locais abertos, em locais públicos. Eu acho que está em boa hora, está no momento de o governo do estado, o governador do estado e o prefeito de Salvador, Bruno Reis, liberarem o uso da máscara em locais abertos e continuarem exigindo-a no transporte público, no metrô, nas faculdades, nas escolas. Mas deve-se acompanhar, hoje, uma tônica de todo o país, a exemplo de Feira de Santana, onde, a partir de hoje, está desobrigado o uso da máscara em locais públicos.

Quero também aproveitar, neste aniversário de Salvador...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de 473 anos de fundação, enviar o meu abraço a todos...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON: (...) a todos os baianos que têm a mais bonita cidade do Brasil como sua capital. E dizer que encerro a minha participação aqui, na Assembleia Legislativa. E, como bom sertanejo, tenham certeza de que voltarei a esta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria, ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, é no tempo do Patriota/PSL/PSC. Falará o deputado Robinson Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Boa tarde, Sr. Presidente, quero saudá-lo no comando desta sessão, por um...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Somente 1 minuto.

Deputado Rosemberg, qual foi a correção que V. Ex.^a fez?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, é porque V. Ex.^a... É no tempo do PSD.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Isso! É no tempo do PSD.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k., desculpe. O.k., obrigado. PSD, “d” de dado. O tempo é de 12 minutos. Desculpe, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O tempo é de 12 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, quero saudá-lo pela condução desta Assembleia, como vice-presidente desta Casa, integrante da nossa bancada. É um orgulho para todos nós, do Partido dos Trabalhadores, vê-lo presidindo esta sessão, presidindo a Casa neste momento. Quero saudar o Plenário, saudar a imprensa, os deputados aqui presentes e saudar o povo de Salvador. Hoje, 473 anos de emancipação, de construção desta linda cidade, que, ao longo desses quase 5 séculos, conseguiu superar vários desafios, mas ainda continua enfrentando grandes desigualdades.

Hoje, participei, com o governador Rui Costa e sua comitiva, de uma fiscalização das obras do metrô e da nova rodoviária na região de Águas Claras e Cajazeiras. Salvador, há 10, 12 anos, tinha um problema crônico de mobilidade urbana: a cidade ficava praticamente parada a todo e qualquer horário do dia. Não se andava em Salvador. E foi necessário o então governador Jaques Wagner chamar para si a responsabilidade de construir o metrô, porque os governos anteriores ao governo do PT deixaram um simulacro de obra inacabada e todo esse mesmo grupo quando esteve à frente da prefeitura, não conseguiu resolver. E foi na gestão de Jaques Wagner, na parceria com a presidenta Dilma e com o presidente Lula, que o metrô de Salvador virou uma realidade.

E depois, o governador Rui Costa, que já tinha pilotado essa obra na Secretaria da Casa Civil, fez em tempo recorde a maior malha de metrô construída no Brasil. E agora está pertinho de entregar o tramo 3, que vai integrar essa malha a um polo muito habitado da cidade, que é a região de Cajazeiras e Águas Claras.

Eu quero dizer que essa é a maior obra da história de Salvador, a maior intervenção urbana da história de Salvador, que reconfigurou completamente a cidade. Somada aos corredores estruturais, a senhora sabe, deputada Maria del Carmen, engenheira e conhecedora profunda da mobilidade urbana, que essas duas avenidas, a 29 de Março e a Avenida Gal Costa, transformaram, com o metrô, completamente a mobilidade urbana.

E, para mim, hoje foi uma alegria esse presente dos nossos governos à cidade de Salvador, uma cidade que se move, uma cidade em que as pessoas não perdem mais 3 horas para sair de casa e chegar ao local de trabalho, que podem aproveitar o seu tempo útil para desenvolver as suas atividades. As mudanças serão ainda mais profundas com a mudança da rodoviária para aquela região. Nós vamos ter uma integração, a maior do Nordeste, entre ônibus, metrô e o BRT, que vai circular naquela região. E nós vamos ter a maior concentração de modais em um único ponto no Nordeste brasileiro, na região em que nós somos o principal estado, a Bahia.

Portanto, quero parabenizar o governador Rui Costa e toda sua equipe por esse projeto belíssimo. O maior presente que essa cidade já teve ao longo da sua história e

que ainda continua crescendo, continua aumentando e ampliando com outros modais de mobilidade, como é o caso do VLT do Subúrbio.

Eu testemunhei também, Sr. Presidente, lá, ser assinada a ordem de serviço para a ampliação do esgotamento sanitário de Salvador para chegar a uma cobertura de 88%. Uma das capitais mais bem-dotadas de esgotamento sanitário no Brasil. Além disso, um investimento de R\$ 100 milhões para ampliação de oferta de água naquela região e na Região Metropolitana de Salvador.

Eu acompanhei, Sr. Presidente, o nascimento do Programa Água Para Todos, porque eu vejo aqui alguns deputados subirem à tribuna para dizer que defendem a política pública de água e saneamento desde criancinhas. Mas pergunto: onde estava o partido dele quando foi votada a lei geral de saneamento? Votou de que maneira no Congresso Nacional? Então, não podem vir aqui enganar o povo, dizer que defendem a Embasa e lá em cima o seu partido votou pelo novo marco geral que privatiza o serviço para a população.

Todo mundo sabe aqui qual é a posição dos partidos da base do presidente Bolsonaro, todo mundo sabe aqui qual é a posição dos partidos da base do prefeito de Salvador. Eles são a favor da privatização desses serviços e não precisa consultá-los não. Eles votaram a favor lá em Brasília no novo Marco Legal do Saneamento. O PSOL, justiça seja feita aqui ao deputado Hilton, votou contra esse novo marco legal, como votaram contra os deputados do PT e a Bancada do PT lá em Brasília.

Não me lembro de ver a Oposição aqui na luta em defesa da Embasa quando o seu grupo queria privatizá-la no passado. Não os vi em nenhuma audiência pública, em nenhuma câmara municipal da Bahia, aonde nós fomos aprovar a legislação que impedia a transferência da titularidade desse serviço para o estado, na tentativa de privatizá-lo.

Então, vejo aqui subir a esta tribuna muitos lobos em pele de cordeiro, porque eu nunca os vi na luta, nunca os vi defendendo o povo e o seu direito básico ao saneamento e à água. Estou aqui, como sempre estive, para defender a Embasa enquanto empresa pública, para defender que esse serviço seja prestado por uma empresa que tenha capacidade de atender os locais lucrativos, que passe de forma de subsídio cruzado a atender os municípios que não têm renda. A Embasa opera cerca de 360 sistemas no estado, só há 20 lucrativos. Ela só pode operar os outros 340 com a renda que recebe desses 20 sistemas lucrativos.

Então, fatar a empresa, abrir a possibilidade de que municípios possam explorá-la, é privatizar os serviços de água e saneamento, como permite a lei, o marco geral, aprovado pelos partidos desses deputados que estão aqui vestindo pele de cordeiro. Mas, na verdade, são verdadeiros lobos da privatização.

Por isso, quero reafirmar, aqui, a minha posição em defesa da Embasa, enquanto patrimônio do povo brasileiro, quero dizer que essa empresa tem desafios de universalização dos serviços até 2033. É um imperativo do novo marco, que impediu que os contratos e programas pudessem vigor, dando autonomia para que vários municípios possam contratar ou licitar diretamente a oferta desses serviços,

impedindo que a Embasa funcione nesse sistema de proteção aos pequenos com os recursos que tira dos grandes e lucrativos sistemas.

Então, esse é o debate de mérito que a gente tem de fazer aqui. E o PL ser votado na semana passada foi para proteger a Embasa, para definir as regiões de saneamento do estado para que a gente possa ter um outro instrumento. Um instrumento regional para que os municípios associados, consorciados, possam ofertar o serviço ou contratar o serviço e dificultar que o município mais poderoso de uma região o faça diretamente e acabe impedindo os pequenos municípios de ter a oferta desse serviço fundamental para a população.

Quero parabenizar todos os dirigentes sindicais que estão na luta em defesa desse patrimônio público, dizer que as diferenças que existem aqui são diferenças interpretativas em relação ao projeto de lei. Eu sou bastante franco, bastante sincero em minhas opiniões. Dizer que esse projeto de lei é para privatizar a empresa é um exagero retórico. Ele abre condições que são discutíveis para colocar a empresa em competitividade nesse mercado imposto pela nova lei do Marco do Saneamento, como criar uma sociedade de propósito específico para novos empreendimentos que surjam e que a Embasa possa participar. Ele abre também a possibilidade de ser discutida e decidida em uma assembleia geral ordinária de acionistas a consecução desses novos arranjos em que a Embasa esteja envolvida para buscar agilidade. Isso tem um debate a ser feito porque a prerrogativa dessas concessões é do povo baiano e desta Casa, desta Assembleia Legislativa.

Então, eu encontro diferenças com esse projeto de lei, mas eu não posso concordar, em nome da verdade, em nome do bom debate, em que esse projeto é uma tentativa do governador Rui Costa de privatizar a empresa. Não é verdade essa afirmação. E eu não posso concordar por mais identidade que eu tenha com a luta dos trabalhadores que estão do lado para defender a empresa. E creio que a gente tem de fazer o debate olhando olho no olho e discutindo sobre o mérito dos argumentos, e não criar artificialmente, como eu vejo, aqui, criar uma fantasia por aqueles que querem dividir o debate entre quem quer privatizar e quem não quer privatizar.

Há muitos aqui como eu, que não quero a privatização da Embasa, que sou contra privatização da Embasa, que votarei contra essa privatização, se ela for enviada, aqui, ao Plenário, e em qualquer circunstância. Mas tenho coragem e independência para dizer que o que está sendo discutido, debatido hoje, aqui, não é a privatização da empresa. É um exagero retórico essa construção. Eu estou fazendo o debate entre companheiros, entre os que estão no mesmo lado, os que lutam pela mesma causa. E não os oportunistas de plantão, que usam esse microfone para fazer blasfêmia do que nunca defenderam na vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Questão de ordem, deputado Soldado Prisco.

Quero pedir verificação de quórum, para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, acho que o debate está bem tranquilo. Eu pedi ao deputado Prisco... fazendo, aqui, um apelo que a gente possa, inclusive, continuar os debates. E ele deixava para pedir o quórum na hora da votação, que eu acho que fica mais... Não há nenhum problema, e acho justo, mas que a gente pudesse continuar.

Eu estou olhando, aqui, presidente, ainda bem que se restabeleceu, mas houve um problema no painel. Não sei se V. Ex.^a percebeu.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Eu já percebi, porque ele não está restabelecendo com o número anterior inclusive.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pois é. O deputado Osni deu presença, mas não está ali. O deputado Roberto Carlos deu presença, mas não está ali. O deputado Alan Sanches, também.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Inclusive, quando se restabelece o quórum, tem de se voltar automaticamente ao quórum inicial.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pois é, deu um erro. Depois vai...

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, eu mantenho o pedido de verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O.k. Mas ele tem os 5 minutos, porque ele está fazendo uma questão de ordem mesmo, sobre a ordem dos trabalhos. Se há um erro técnico, ele pode apontar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria verificar com V. Ex.^a a razão e tentar obviamente buscar uma solução para essa questão.

Queria aproveitar para pedir a todos os deputados e deputadas que se fazem presente, nesta Casa, que estejam no cafezinho, no SevWeb, na plataforma *Zoom*, que a gente possa atender o pedido, aqui, do deputado Prisco. Se ele não quiser continuar, aqui, esse debate sem a verificação de quórum.

Pedir a todos os deputados e deputadas para que a gente possa trabalhar hoje, aqui, debater esse tema que é de fundamental importância, e tirar todas as dúvidas, a fim de que a gente possa votar o projeto, sem qualquer dúvida do que nós estaremos votando.

E dizendo, deputado Carlos Geilson, que o Congresso Nacional está de forma mista. O que nós combinamos, aqui, é que a partir de 2 de abril, a Casa irá funcionar dentro da sua normalidade, abrindo todos os serviços da Casa, mas, com relação às

sessões, não houve nenhuma combinação de que elas seriam totalmente presidenciais. No meu entendimento, ela deverá permanecer na mesma modalidade até que a gente tenha uma tranquilidade de que todos os parlamentares possam, obviamente, estar aqui sem correr qualquer risco em função desse processo de pandemia. Essa tem sido a regra das outras assembleias e também do Congresso Nacional.

Então, presidente, eu queria pedir a V. Ex.^a que chamasse nominalmente os deputados e deputadas, que abrisse o prazo regimental para que a gente possa atender a verificação de quórum solicitada pelo deputado Prisco e convocar 21 Sr.^{as} e Srs. Deputados aqui para nossa sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Existe uma questão de ordem solicitada pelo deputado Soldado Prisco em que ele pede a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Zerem o painel e marquem os 15 minutos regulamentares.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.) (Silêncio)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Reestabelecido. (Silêncio)

Agora... PSB.

Retornar o quórum.

(...) Deputado Robinson! Deputado Robinson!

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida Lula): Reestabelecido o quórum regimental.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSB/PL para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: De quem é, Sr. Presidente, desculpe-me, o tempo?

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida Lula): Bloco PSB/PL.

O Sr. Sandro Régis: Ah! O bloco é de vocês.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, fazendo uma correção aí, é o Bloco Patriota/PSL/PSC, da Minoria. Desculpe-me pela informação.

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida Lula): Retificando, então, concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Patriotas/PSL/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Falará por todo o tempo o deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida Lula): Com a palavra o deputado Tiago Correia por 10 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas que nos acompanham nesta sessão, alguns que nos acompanham em Casa, outros que nos acompanham pela internet. Uma tarde cheia de novidades, Sr. Presidente, eu queria também saudar todos os trabalhadores da Embasa que estão presentes aqui, nesta sessão, e inicialmente o aniversário da nossa capital Salvador.

Hoje, 29 de março, Salvador completa, Sr. Presidente, 473 anos, a primeira capital e melhor de todas as cidades.

Eu não poderia deixar de passar aqui – eu, que fui vereador por dois mandatos em nossa capital – parabenizando todos os soteropolitanos por essa terra acolhedora, que preserva e adapta culturas e tradições, trazendo para todos que vêm conhecer a nossa capital um clima de afetividade, de um povo acolhedor, que apresenta espaços sagrados, comidas sagradas. Então, não poderia deixar de me manifestar, nesta sessão, parabenizando a nossa capital pelos seus 473 anos.

Mas, Sr. Presidente, ouvi atentamente diversos discursos que me antecederam, de líderes e membros do governo, discursos esses que mostram que a prática é diferente do discurso. Ouvi aqui alguns condenarem as privatizações e dizer que o governo do Partido dos Trabalhadores sempre foi contra as privatizações e votaram contra as privatizações.

Em uma rápida pesquisa na internet, nós vimos que o governo do PT, iniciado pelo presidente Lula e continuado pela presidente Dilma, realizou uma série de privatizações, deputado Hilton, mostrando que o discurso vai em sentido contrário às ações. Foram diversas privatizações iniciadas no governo do presidente Lula que permaneceram no governo da presidente Dilma. Eu poderia citar diversas, mas não quero me estender.

Só para lembrar, a Agência Nacional de Energia Elétrica realizou, em dezembro de 2007, o leilão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e, junto com ele, diversos outros leilões foram realizados, inclusive de diversas rodovias. Há um processo de privatização que continuou, que foi iniciado no governo Fernando Henrique e mostra que o Partido dos Trabalhadores é muito bom de discurso, mas na prática é diferente.

Nós voltamos para o governo do estado da Bahia e, salvo engano, na Ordem do Dia, hoje, tem mais uma privatização de terreno, deputado Hilton, de uma série de diversos outros que foram alienados pelo governador do estado, inclusive um colégio estadual na Avenida 7 de Setembro, um colégio estadual em que houve uma manifestação que foi abafada, dentre outros tantos imóveis que foram alienados, até o Palácio dos Esportes.

Então, mostra que a prática é diferente do discurso. É um governo que privatiza, sim, e nós não estamos aqui criticando as privatizações, mas que elas ocorram, deputado Hilton, com debate, quando os imóveis, os bens ou as empresas, por algum motivo, não couberem mais dentro do arcabouço do Estado.

Eu vi aqui o deputado líder Rosemberg dizer que esse projeto é importante para que a Embasa se torne competitiva e possa ganhar dinheiro. E ele, recentemente, veio aqui dizer que a Petrobras, que é uma empresa competitiva, não pode ganhar dinheiro. Então, a gente não entende qual é a lógica do governo, qual é a linha do discurso. Ora é um, ora é outro, mas, quando os interesses do Estado ou do governo estão acima dos interesses da população, dos servidores, dos serviços públicos, a privatização é válida?

Porque eu vejo a crítica, deputado Hilton, por exemplo, à Petrobras, que foi citada aqui nominalmente, de que era para a empresa produzir lucro para os acionistas. Ora, o governo do estado fica com 28% do que é vendido à Petrobras, é o maior acionista sem refinar e produzir um barril de petróleo. Maior acionista da Petrobras, o que mais lucra com a Petrobras é o governo do estado, tanto é que a arrecadação do ICMS dos combustíveis dobrou do ano passado para este ano.

Ela mais do que dobrou. Foi um aumento de mais de 100%, deputado Rosemberg. Mais de 100% de aumento! É o item de consumo que mais impacta na inflação e atinge o mais pobre. Esse discurso de que o pobre não tem veículo... mas o alimento com o qual ele se alimenta é transportado por um veículo; transporte público é abastecido com combustível; os serviços, se você chama o encanador, se você chama eletricitista, ele vem se locomovendo com o veículo.

Então, o combustível é o maior componente no índice da inflação, e nós não vemos o governo do estado sequer sinalizar a possibilidade de pelo menos manter a arrecadação que sempre teve com o ICMS dos combustíveis, ele mais do que dobrou. Critica esse lucro que ele traz, que é da Petrobras e dele também, mas vem aqui dizer que apresenta um projeto que vai trazer lucro financeiro à Embasa. A gente não entende: pode lá, e não pode cá, deputado Sandro Régis?

Então, são discursos que realmente deixam a população baiana perdida. É contra a privatização, mas privatiza. É contra o lucro, mas apresenta um projeto que vai trazer lucro. Então, Sr. Presidente, um projeto como esse não pode ser aprovado da maneira açodada como está sendo. Veja quantos membros da Bancada da Oposição nós temos hoje neste Plenário. Sequer se fazem presentes para defender o projeto, para que possamos entendê-lo. E aí eu vi o líder da Maioria dizer que quem não entender o projeto é ignorante. Ora, há diversos servidores na porta desta Assembleia reivindicando, será que são todos ignorantes, deputado Hilton?

Então, projeto dessa magnitude não pode ser apreciado dessa maneira. O que nós queremos é o debate, um debate que realmente exponha quais são as ideias do governo, o que realmente vai acontecer e o que está por trás de tudo isso, se é realmente mais uma privatização que vai contra o discurso, deputado Hilton, mas acontece, ou se realmente é um projeto que visa a reestruturação de um órgão que oferece um serviço tão básico e necessário, que é a água, que em muitas cidades do nosso estado, deputado Hilton, chega de forma barrenta, suja, justamente pela falta de investimentos, pela falta de cuidado que o governo tem tido com essa empresa.

É isso que eu trago hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Paulo Rangel Lula da Silva assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSB/PL para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela metade do tempo, o deputado Bira e, pela outra metade, a deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Então, concedo a palavra ao deputado Bira Corôa, por 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as Deputadas, peço licença para tirar aqui... para facilitar... Srs. e Sr.as Servidoras, companheirada do Sindae aqui presente, Sr. Presidente, no dia de hoje nós celebramos o aniversário da cidade de Salvador com o governador Rui Costa em uma ampla comitiva, fazendo uma vistoria numa das obras mais impactantes para a cidade de Salvador, um verdadeiro presente que vai melhorar a mobilidade da cidade reestruturando todo o fluxo de ônibus municipais e interestaduais que chegam à capital nessa rodoviária, que sufoca o centro de Salvador... trabalhadores, companheirada do Sindae aqui presente, Sr. Presidente, no dia de hoje nós celebramos o aniversário da cidade de Salvador com o governador Rui Costa e uma ampla comitiva fazendo uma vistoria numa das obras mais impactantes para a cidade de Salvador. Um verdadeiro presente, que vai melhorar a mobilidade de Salvador, reestruturando todo o fluxo de ônibus municipais e interestaduais que chegam a Salvador nessa rodoviária que sufoca o centro da cidade de Salvador, o novo terminal em Águas Claras, um terminal de transporte e transbordo urbano de Salvador e da Região Metropolitana, interligando com o sistema de metrô e garantindo assim um fluxo mais respeitoso ao nosso povo com o transporte público de qualidade. Um transporte público que, além da segurança, assegura viabilidade e otimiza o tempo. Fato que hoje a gente não conseguiu ainda em função da falta de planejamento e de compromisso com o transporte do município de Salvador por parte das gestões de Salvador e por um contexto da condução deste estado ao longo de muito tempo.

E é lógico que é nesta gestão, a partir do então governador Jaques Wagner, que Salvador é repensada, ou melhor, planejada para ser uma grande metrópole, assumindo assim o seu lugar de destaque entre as maiores metrópoles do país e, conseqüentemente, a maior do Nordeste. Então um grande ato no dia de hoje, com a presença de inúmeros parlamentares.

Mas, Sr. Presidente, aproveito também ao parabenizar Salvador e ao saudar todos e todas, soteropolitanos, soteropolitanas, da nossa capital nessa passagem importante do registro histórico da emancipação política da cidade de Salvador, mas também chamo para mim a responsabilidade, Sr. Presidente, de abrir o diálogo em relação ao projeto que está tramitando nesta Casa para aprovação no dia de hoje.

Sempre fui adepto do debate, da discussão e de encontrar caminhos comuns para firmar a condução. Na postura de parlamentar como na de cidadão e no contexto da sociedade, sempre me posicionei contra toda e qualquer forma de privatização. Sempre me posicionei na defesa dos interesses do fortalecimento das estatais. E a Embasa é para a Bahia e para o Brasil uma das maiores referências de estatais que nós temos que atende ao social em detrimento do capital. E é por isso que apenas 20 sistemas são rendáveis, são de interesse do capital internacional, do capital privado, mas o estado mantém essas 20 unidades para garantir que a água tratada, que o

saneamento chegue aos locais onde não são destacados como de prioridade ou de importância para o sistema capitalista.

Então é por isso que estamos nesse diálogo, nesse debate. E tenho convicção de que o projeto que tramita hoje não expõe a privatização da Embasa. Mas temos a certeza de que o projeto aprovado no plano federal para a regulamentação do marco, sem dúvida alguma, expõe a empresa estatal à condição de ser subjugada ao capital internacional. E é essa a preocupação que nós abrimos esse debate; é essa a preocupação que nós travamos nessa discussão, o cuidado, acima de tudo, com a Embasa.

Não comungo, como muito bem colocou o deputado Robinson Almeida, dizer que esse projeto é a privatização. Mas a preocupação dos companheiros que conduzem o Sindae, dos embasianos no estado, é não abrir uma janela, é não criar possibilidade é extremamente necessário. Nessa discussão, o cuidado, acima de tudo, com a Embasa. Não comungo, como muito bem colocou o deputado Robson Almeida, dizer que esse projeto é a privatização, mas a preocupação dos companheiros que conduzem o Sindae, os embasianos do estado, é não abrir uma janela, é não criar a possibilidade de acontecer esse processo. E é por isso que o debate é extremamente necessário.

Participei e estou aberto ao debate, à discussão com os companheiros até chegarmos a um consenso de ter um projeto aprovado nesta Casa que dê tranquilidade aos servidores da Embasa, que dê tranquilidade ao sindicato, mas que, acima de tudo, assegure, o direito e o bem-estar de ser servido à sociedade baiana com esse contexto.

E é por isso, Sr. Presidente, que aqui quero dizer que eu estou com o sindicato.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva: Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo 5 minutos.

Deputado Rosemberg, posso passar?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pode, sim, Sr. Presidente.

Concedo a palavra ao nobre líder do governo e da Maioria, ou o líder do Bloco Parlamentar Pcdob/PDT, para falar e indicar orador pelo tempo de onze minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria, ou o líder do Bloco Parlamentar Dem/ MDB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre deputado Carlos Geilson que hoje fará seu último discurso como parlamentar desta Casa, até a próxima legislatura de 2023.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O.k.. Quero inclusive aqui, neste momento, dizer ao deputado Carlos Geilson, em que pese nossas diferenças políticas, que V. Ex. a goza da minha admiração pelo excelente parlamentar, grande orador, grande tribuno. E vai fazer falta nesta Casa, espero que por pouco tempo, né? E que V. Ex. a retorne a esta Casa em breve, depois do processo eleitoral, ou até antes, se isso for possível.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Meu caro presidente Paulo Rangel, eu ia sair, como se diz, à francesa. Nem sabia que seria convocado pelo líder da bancada, deputado Sandro Régis, para proferir algumas palavras aqui neste momento quando estou deixando a Casa onde cumpri com a minha missão nesse período em substituição ao deputado Leonardo Prates, secretário da Saúde do Município de Salvador, que retorna e ocupa a sua cadeira. Enquanto eu levo desse período só as boas lembranças, os bons debates travados aqui nesta Casa.

Me lembro, meu caro deputado Paulo Rangel, que cheguei aqui em 2011, já o encontrei na trincheira de luta defendendo o governo, e nós que travamos debates em longas madrugadas aqui, mas sempre debates em alto nível. Eu aprendi a fazer política dessa forma. Nós, ao expressarmos o nosso sentimento, o nosso posicionamento sem nenhum momento baixar o nível e sem ofensas pessoais. Eu acho que isso é que me enriquece como parlamentar aqui desta Casa. Os debates foram travados de forma dura em alguns momentos. Lembro-me líder do governo, deputado Zé Neto, espalhando brasa por todos os lados.

Assim faz esta Casa, que é a Casa do Povo, onde trabalhadores, como hoje os da Embasa, estão aqui representando essa empresa onde manifestam a sua insatisfação contra esse projeto que ora tramita; outros que foram aprovados, outros que foram rejeitados, mas isso faz com que haja o enriquecimento do bom debate. Nós podemos pensar de forma diferente, podemos nos posicionar de forma diferente, mas a qualidade do debate isso é primordial em qualquer parlamento.

Hoje, vejo que essa Casa está farta e rica de dois líderes, tanto o deputado Rosemberg Pinto que não aprendeu, eu diria, com Zé Neto na convivência, mas aprendeu com outros parlamentares, a exemplo, também, de Sandro Régis que é o nosso líder da Oposição. Fico observando e analisando eles se expressando. E, às vezes, para quem assiste pelo canal *TV Assembleia* ou de forma presencial, imagina que se trata de duas pessoas que têm uma convivência difícil e que, de fato, são inimigos. Pelo contrário, são dois grandes amigos, mas cada um defende o seu lado, cada um se posiciona defendendo aquilo que acredita. Eu acho que isso que faz a grandeza deste Parlamento.

Eu lamento que as nossas sessões ainda não estejam acontecendo de forma presencial, que nas nossas sessões não tenhamos ainda, de fato, o Pequeno Expediente. Aquele Grande Expediente que o deputado Paulo Rangel muitas vezes usou aqui durante 25 minutos. E, às vezes, eu ficava ali pedindo um minuto para contrapor a sua fala. Ele dizia: “V. Ex.a está inscrito.” E eu esperava os 25 minutos e

nunca chegava a minha vez, e sempre quem falava eram os deputados governistas. Mas isso faz parte da estratégia do bom político, do bom parlamentar que é o deputado Paulo Rangel.

Não sei, de fato, quantos retornarão a esta Casa, mas creio que a maioria pela qualidade desses parlamentares. A Oposição está mais cheia, mais rica, mais revigorada e assim há de continuar. E que nós que há um bom tempo estamos na trincheira da Oposição, cansados, com o pires na mão, vendo e observando os governistas fartos de cargos e, também, de promessas ao eleitor, enquanto nós da Oposição estamos sempre carregando o compromisso e a palavra empenhada. Agora é chegado o momento de nós da Oposição virarmos o jogo e seremos governo, se Deus quiser. Estamos trabalhando, temos um candidato competitivo, não só aquele que lidera as pesquisas, mas aquele que, realmente, mostra capacidade para tocar esse estado. Como ACM Neto tem dito: “Quem governa a Bahia tem deixado muito a desejar.” E em seu governo as poucas coisas positivas serão aproveitadas e turbinadas, mas tantas e tantas outras que estão deixando de ser realizadas. A regulação, esse calcanhar de Aquiles: tantos baianos e baianas estão espalhados por essa Bahia afora, mendigando, solicitando que sejam regulados para um hospital de qualidade, um hospital de infraestrutura necessária para o atendimento. E esses baianos sofrem com a fila da morte, como foi assim intitulada.

A segurança pública, outro quesito que será bastante debatido nessa campanha: vamos apresentar, por meio do nosso candidato, como faremos uma segurança pública muito contrária à que está aí.

Eis que há outro grande problema que nós baianos infelizmente carregamos: a baixa qualidade na educação. Por mais que a vida seja um paradoxo, aquele que pilota essa educação rechaçada, essa educação totalmente perdida, totalmente desqualificada... coube a esse secretário enfrentar o nosso candidato a governador, ACM Neto.

O debate será muito bom e enriquecedor. De um lado, quem tem propostas; do outro, quem vai tentar se segurar numa tábua de salvação, no presidente Lula. O tempo passou, aquela coisa de se colocar a mão em qualquer pessoa, escolher qualquer cidadão andante pela rua e dizer “Você vai ser governador!”, “Você vai ser deputado!”, “Você vai ser prefeito!”, esse tempo mudou, esse tempo passou, e haveremos de provar nas urnas que nós estamos vivendo outros tempos, e tempos que mostram que nós, da Oposição, sairemos vencedores porque o povo da Bahia aspira a novos tempos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis: Um aparte, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON: Pois não, meu caro deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Deputado Carlos Geilson, eu sou suspeito para falar de V. Ex.^a por ser seu amigo e admirador. Conheço-o há bastante tempo, você, na sua experiência, é sempre um bom conselheiro, um bom amigo e um bom parceiro de

oposição, nunca fugiu da responsabilidade ou da missão que nossa bancada lhe incumbia.

Eu quero dizer aqui que o Parlamento perde muito com sua despedida hoje. V. Ex.^a, como bem falou, sempre travou grandes debates, mas nunca saiu da linha do respeito, nunca saiu da linha do bom discurso, da boa ética, da boa política.

Então desejo que V. Ex.^a tenha todo o sucesso na caminhada de volta a esta Casa porque, com certeza, quem ganha não é o deputado Carlos Geilson, quem ganha é o Parlamento e a política da Bahia.

Que Deus lhe abençoe.

O Sr. CARLOS GEILSON: Muito obrigado, deputado Sandro Régis. Se eu não tivesse, assim, preparado para esse discurso, poderia até deixar cair algumas lágrimas. Se essas lágrimas... se elas não escorrem pela minha face, tenha certeza de que escorrem pelo meu coração, tal alegria e tal a felicidade nessa convivência, ao tê-lo também como líder.

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Um aparte, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Deputado Tiago; depois, o deputado Rosemberg Pinto, para quem deixarei o encerramento do meu discurso, quem sabe ele anuncia uma boa notícia para esta Casa, retirando o projeto da Embasa. (Risos)

(As galerias se manifestam.)

...tal alegria e tal a felicidade nessa convivência em tê-lo também como líder.

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Deputado Tiago, depois o deputado Rosemberg Pinto a quem deixarei o encerramento do meu discurso, quem sabe ele anuncia uma boa notícia aí para essa Casa retirando o Projeto da Embasa.

O Sr. Tiago Correia: Mas deputado Carlos Geilson, eu queria fazer das palavras do nosso líder da Bancada de Minoria as minhas palavras. Eu como líder do Bloco do PSDB, partido esse do qual você faz parte. Queria também compartilhar do mesmo sentimento do deputado Sandro, saber que essa Casa perde com o seu retorno, a nossa querida Cidade de Feira de Santana, mas alegre em poder observar, deputado Sandro, é o trabalho que o deputado Carlos Geilson vem fazendo para retornar a esta Casa e eu tenho certeza que V. Ex.^a será vitorioso, com disse o deputado Sandro, não pela sua força de trabalho, pela sua dedicação pelo seu equilíbrio, principalmente no papel de oposição desta Casa, mas pelo fato de que não...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

(...) só esta Casa, mas a população baiana precisa de quadros como V. Ex.^a aqui nos representando.

Então, boa sorte nessa caminhada, meu parceiro velho, como assim você gosta de nos chamar e conte com nosso partido e com este parlamentar para te ajudar a retornar a esta tribuna.

Muito obrigado pela sua presença aqui conosco.

O Sr. CARLOS GEILSON: Muito obrigado amigo Tiago Correia é uma grata surpresa, não é? Enriquece o debate, coerente, parlamentar antenado com as coisas do dia a dia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas...)

Eu peço, data vênua, ao presidente, só para ouvir o finalzinho do meu discurso, o deputado Rosemberg Pinto o qual eu vou ficar com muita saudade desses debates aqui dele com Sandro Régis um pede quórum, o outro rechaça o pedido, o outro pede verificação, o outro debate e assim vivemos no dia a dia deste Parlamento.

Deputado Rosemberg Lula Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Carlos Geilson, primeiro dizer da alegria da nossa convivência já há algum tempo, toda vez que fui à Feira de Santana eu te liguei e fui muito bem acolhido lá nas nossas conversas.

Então, é verdade, ele vai fazer falta aqui no debate, temos muitas vezes posições diferenciadas, mas algumas que também nos unificam pelo menos a seriedade com que a gente defende as nossas convicções e quero te desejar muito sucesso e que a gente possa retornar nesse convívio aqui rapidamente. Não só em meu nome, mas em nome de toda a bancada da Maioria tenho certeza todos aqui tem opinião da forma que V. Ex.^a sempre tratou os temas defendendo aquilo que acredita e respeitando a opinião divergente, que eu acho que é isso que faz dessa Casa essa beleza das disputas de ideias.

E aqui reafirmo o que V. Ex.^a falou no que pese as nossas diferenças e dirigirmos duas bancadas extraordinárias aqui, tanto da Maioria quanto da Minoria, mas tem uma relação particular de amizade, de carinho com o deputado Sandro Régis e é por isso que a gente aqui faz todo o debate, cada um acreditando no seu ponto de vista, mas sem ultrapassar as coisas que nos permitem, lá fora, nos encontrarmos com muita tranquilidade.

Parabéns! Sucesso! Quero te ver de volta. Espero que você deseje também a mesma coisa de mim. (Risos) Abraço.

O Sr. CARLOS GEILSON: (Risos) Presidente, para concluir, Euclides da Cunha disse o seguinte: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. E eu sou um sertanejo. Afasto-me desta Casa momentaneamente. Acreditem, eu voltarei a esta Casa, se Deus quiser! Um abraço e voltarei pela porta da frente para fazer parte dessa riqueza que é o Parlamento. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Nós que agradecemos a V. Ex.^a que parte, com certeza, deixando saudades, até por ser o cavalheiro que V. Ex.^a é.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu usarei apenas 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, visitantes nas galerias, servidoras, servidores, imprensa. Presidente, eu acho que, hoje, a gente fez um grande debate sobre esse tema, que é extremamente caro para todos nós, cada um defendendo as suas convicções, e eu espero que a gente possa contar com os votos de toda a bancada, tanto da Maioria quanto da Minoria...

(As galerias se manifestam.)

(...) para que a gente possa, efetivamente, trazer a nossa querida Embasa para o tamanho que ela merece, forte, pujante, uma empresa que certamente vai disputar os grandes mercados na área de saneamento. E é isso que a gente quer, uma empresa baiana para que a gente não possa se tornar presa fácil, principalmente para as empresas do Sul e do Sudeste, o que acabou de acontecer em um dos estados aqui do Nordeste. É bom que a gente fique atento. A Sabesp, numa parceria com uma empresa privada, acabou disputando e ganhando aqui no Nordeste a área do saneamento.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Nós vamos pedir que respeitem a palavra do orador inscrito. Discordar tudo bem, aplaudir também, mas vaiar, não podemos...

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Mas feliz, deputado Paulo Rangel, de um Parlamento em que as pessoas podem se manifestar, seja de forma favorável ou contrária, lógico que não pode exceder, mas eu entendo o processo democrático e adoro isso porque é a representação da democracia. Pior é o governo federal, que não quer permitir que as pessoas sequer andem de forma livre no país.

Aqui, na Bahia, há liberdade suficiente para que a gente possa fazer essas manifestações, a gente só não pode descumprir o combinado. Quando a gente fura aquilo que a gente combina a gente perde o respeito de todos. E isso ninguém pode cobrar de mim, tudo que eu combinei, eu cumpri.

Inclusive (risos) os compromissos que Tiago Correia tem me cobrado, e ele sabe do meu apreço em relação a todas essas questões. É porque a gente divide, na cidade de Ibicaraí, onde ele é o deputado ligado à prefeita e eu sou deputado da Oposição, mas a gente constrói essa convivência aqui no Parlamento.

Mas, Sr. Presidente, eu quero aproveitar este momento para conclamar todos os deputados e deputadas para que venham aqui, para que a gente possa exercer o direito de escolha: uma Embasa forte e pujante ou uma Embasa fragilizada em que a gente

não tenha estrutura suficiente para garantir o fornecimento de água tratada, de esgotamento sanitário.

Eu quero, deputado Sandro Régis, com todo respeito que tenho por todos aqui, que a Embasa possa disputar de forma efetiva o esgotamento sanitário da cidade de Salvador, e é por isso que ela precisa se tornar essa empresa forte, sob pena de a gente perder essa oportunidade de fazer a gestão de esgotamento sanitário da maior cidade do estado da Bahia, ou seja, o maior cliente da Embasa. E, se a gente perde, a gente fragiliza bastante a nossa companhia de água e esgoto do estado da Bahia.

Quero dizer que, a partir dessa votação, nós teremos o fundo do idoso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que é um projeto de consenso entre as partes, que será, aqui, relatado, certamente, pelo deputado Zé Raimundo, com anuência do deputado José de Arimateia e da deputada Maria Del Carmen, que também reivindicam a participação.

Eu acho que a gente pode fazer isso de forma a validar esse projeto, que é o próximo da pauta, que realmente cria um fundo importante...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para garantir uma melhor qualidade para a comunidade idosa do nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Lei nº 24.362/2021, do Poder Executivo.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deixe só eu ler o projeto.

(As galerias se manifestam.)

Vamos pedir silêncio para poder fazer a leitura, por favor.

O projeto (lê) *“Altera a Lei nº 2.929, de 11 de maio de 1971, na forma que indica, e dá outras providências.”*

Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, esse projeto, como falei a V. Ex.^a, é um projeto que nos deixa muito preocupados.

Eu quero dizer a V. Ex.^a que eu não tenho segurança para votar esse projeto. Pedi vista desse projeto. É um projeto altamente discutível. Entendo as razões do líder do Governo, que, por sua capacidade, por seu preparo intelectual, faz um grande

discurso, mas não consegue convencer, porque esse projeto é para privatizar a Embasa.

Eu não sei se é vergonha do PT de assumir essa bandeira da privatização, porque a vida toda V. Ex.^{as} fizeram piquetes na porta das fábricas, na porta da Coelba, da própria Embasa, da Petrobras, fazendo discursos de não privatização. E hoje, V. Ex.^{as} botam um projeto para dar início à privatização da Embasa. Isso é fato, porque, durante o tempo que esse projeto tem tramitado neste Plenário, diversos funcionários da Embasa têm feito reivindicações, tanto na porta da Assembleia, como em todo ambiente externo do Parlamento.

Sendo assim, Sr. Presidente, não fazendo maior debate e não votando esse projeto com o Parlamento repleto dos seus pares, eu gostaria de pedir a V. Ex.^a, dentro do Regimento desta Casa, uma verificação de quórum no âmbito de todas as comissões a que esse projeto é pertinente. (Palmas)

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): V. Ex.^a será atendido.

Vou dar o tempo regulamentar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria sugerir ao deputado Sandro Régis, até para agilizar um pouco, que a gente fizesse a verificação de quórum no âmbito do Plenário, se V. Ex.^a permitir, uma vez que nós fizemos, na semana passada, a verificação de quórum no âmbito das comissões. Obviamente, se V. Ex.^a entender que no momento que a gente colocar no Plenário estará dentro de uma verificação global, por conta da presença dos 45 deputados e deputadas.

E nós vamos precisar, na verificação de quórum, de 32 deputados e deputadas para votar. É só se V. Ex.^a permitir. Se, obviamente, V. Ex.^a entender que ainda assim precisa verificar no âmbito das comissões, eu queria pedir ao nobre presidente que possa fazer um chamamento a todos os deputados e deputadas aqui para que a gente possa estar atento, uma vez que há uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

Queria, inclusive, iniciar, dentro do meu tempo, o chamamento ao querido amigo deputado Aderbal Caldas; deputado Adolfo Menezes, que não sei se está presente; Alan Castro...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Estão presentes.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Alex da Piatã; deputado Alex Lima; Angelo Almeida; Bira Corôa, aqui ao meu lado; querido amigo Bobô; deputado Carlos Geilson, que se despede desta Casa, hoje, por um tempo; deputado Carlos Ubaldino, aqui; deputado Diego Coronel; Eduardo Alencar; deputado Euclides Fernandes; Fabíola Mansur; Fabrício Falcão; Fátima Nunes; deputado Hilton Coelho, está aqui ao lado; Ivana Bastos; Jacó; Josafá Marinho; Júnior Muniz; Jurandy Oliveira, que está aqui; Jusmari Oliveira; deputada Maria del Carmen, aqui presente; deputado Marquinho Viana; deputado Nelson Leal; Neusa Cadore; Olívia Santana; deputado Osni; deputado Pedro Tavares; por deferência, o deputado Paulo Rangel

preside esta sessão; deputado Roberto Carlos; Robinson Almeida; Rogério Andrade Filho; Sandro Régis, aqui presente, líder da Minoria; deputado Tum; deputado Vitor Bonfim; deputado Zé Raimundo; deputado Zó.

Queria pedir a V. Ex.^a que marcasse o tempo regimental e que chamasse por comissão para que possamos atender a essa solicitação do deputado Sandro Régis. Entendendo que, no formato que nós fizemos, alguns parlamentares que não conseguem, obviamente, entrar pelo SevWeb devem utilizar a plataforma Zoom, que lhes dá presença visual no painel aqui da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Agora, eu vou ter de pedir para zerar o painel e vou fazer a chamada. Na medida do possível, os deputados vão dando presença ou dando presença no painel, nós também vamos considerar. Então...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): É, mas vai ficar difícil saber quem está presente e quem não está. Se vão ter... Mas não vai ter... Vamos lá.

Comissão de Constituição e Justiça: deputado Marcelino Galo, ausente; deputado Paulo Câmara, ausente; deputado Alan Sanches, ausente; deputado Antonio Henrique Jr., ausente; deputado Euclides Fernandes, presente; deputada Ivana Bastos, ausente; deputado Vitor Bonfim...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O deputado está presente, no painel.

O Sr. Hilton Coelho: Olha, ela não está presente, não.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Está no painel, mas ele está pedindo que confirme e sinalizou para mim, vai ter de confirmar.

O Sr. Hilton Coelho: Claro, tem de confirmar no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Tem de confirmar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, presidente, eu sei, mas olhe bem...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Tem que zerar o painel...

O Sr. Tiago Correia: Ela passou aqui mais cedo e foi embora.

O Sr. Sandro Régis: Deputado Paulo Rangel, isso foi feito na semana passada.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A presença não... O deputado Osni está na Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Essa presença não...

O Sr. Sandro Régis: Isso foi feito na semana passada!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós não podemos fazer só na presença aqui, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Ele não concordou com o encaminhamento de V. Ex.^a.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, querido, mas, olhe bem, isso foi a regra aqui na semana passada. Nós não podemos alterar!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não, não. Mas não... se foi...

O Sr. Hilton Coelho: Ela esteve presente e teve de se ausentar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Existe consenso?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Como, rapaz? Como é que nós vamos exigir que a presença seja aqui no Plenário?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não, Rosemberg, não. O deputado pode se ausentar. Eu vou pedir aos deputados que registrem a presença.

Zerem o painel.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ah! Zere o painel e registre a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Pedi para zera o painel desde o início.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sim! Zera o painel e registra a presença. Aí, sim!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): É isso que eu estou pedindo, que zere o painel, pedi desde o início.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ah! Zera o tempo. Zera o tempo, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): E zera o tempo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não... Zera o tempo...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não, foi porque teve uma confusão. Vamos zera o tempo.

O Sr. Sandro Régis: O tempo está correndo!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Vamos zera o tempo, porque não estava zerado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para dar presença. Para todos darem a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Então vamos novamente.

Deputado Marcelino Galo, ausente, por enquanto.

O Sr. Hilton Coelho: Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria ver...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sandro, dê presença, Sandrinho.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Agora eu estou... Depois da chamada.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Pela ordem, V. Ex.^a dê presença, então.

O Sr. Tiago Correia: É quórum de comissão, Sr. Presidente.

O Sr. Hilton Coelho: Eu quero ver a presença na tela dos deputados. Nós temos direito de acompanhar!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): É quórum de comissão. Vai sair. Já está saindo!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Hilton Coelho: Pronto. Mas não está e eu quero ver.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Está saindo quem está dando presença e V. Ex.^a pode observar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: V. Ex.^a tem de dar presença.

O Sr. Hilton Coelho: Agora sim! Eu quero ver!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Se V. Ex.^a falou, tem de dar a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): É, tem de dar presença.

O Sr. Tiago Correia: É quórum de comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Questão de ordem V. Ex.^a só pode falar se estiver presente. Ausente não fala.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É, tem de dar presença.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Comissão de Constituição e Justiça: deputado Marcelino Galo, ausente; deputado Paulo Câmara, ausente; deputado Alan Sanches, ausente; deputado Antonio Henrique Jr., ausente; deputado Euclides Fernandes, presente; deputada Ivana Bastos, ausente; deputado Vitor Bonfim, ausente; deputado Zé Raimundo Lula, presente.

Dois presentes.

Agora vamos para os suplentes: deputada Fabíola Mansur, ausente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Tem de pedir para as pessoas, presidente, para dar presença, para falar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Eu estou pedindo que as pessoas deem presença.

Deputado Jacó Lula da Silva.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente. Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Presente. Agora são três.

Deputado Luciano Simões Filho, ausente; deputado Roberto Carlos, presente. São quatro.

Comissão de Saúde e Saneamento: deputado Eduardo Alencar, presente; deputado José de Arimateia, ausente; deputado Alan Sanches; deputado Alex da Piatã; deputado Bira Corôa, ausente; deputada Fabíola Mansur, presente; deputado Jacó Lula da Silva, presente; deputado Niltinho, ausente. Há três presentes até o momento.

Suplentes: deputado Angelo Almeida, presente, quatro; deputado Carlos Geilson, ausente; deputado Euclides Fernandes, presente. Sim, há quórum.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Presidente...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputada Fabíola, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Já deu presença!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Dê presença no SevWeb, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Eu estava no SevWeb e disseram... Então esperem aí.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo: deputado Pedro Tavares, ausente; deputado Niltinho, ausente; deputado Alex Lima, ausente; deputado Eduardo Salles, ausente; deputada Jusmari Oliveira...

O Sr. Alex Lima: Presente, presidente. Alex Lima, presente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Alex Lima, presente. Jusmari está entrando aí.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Alex Lima não está presente.

O Sr. Alex Lima: Presente, presidente! Sou eu aqui, presidente!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ele está dizendo. Olha ele ali.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Sim. Agora eu estou ouvindo ele falando. Ele apareceu agora.

O Sr. Alex Lima: Não, eu estava presente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado Eduardo Salles, ausente; deputada Jusmari Oliveira, ausente; deputada Maria del Carmen, presente; deputado Roberto Carlos, presente; deputado Tom Araujo. São três presentes até o momento.

Chamada dos suplentes: deputado Bira Corôa...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Jusmari presente ali, agora.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Calma.

(...) ausente; deputado Robinson Almeida, presente, quatro; deputado Tiago Correia, ausente; deputado Tum, ausente; agora com a deputada Jusmari completou cinco. Há quórum.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público: deputada Fabíola Mansur, presente; deputada Talita Oliveira, presente; deputado Bira Corôa, ausente; deputada Olívia Santana, ausente; deputado Osni Cardoso, presente; deputado Robinson Almeida, presente, quatro; deputado Rosemberg Pinto, presente, cinco.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle: deputado Tiago Correia, presente; deputado Alan Castro, ausente; deputado Diego Coronel, presente; deputado Luciano Simões, ausente; deputado Samuel Júnior, ausente; deputado Vitor Bonfim, presente, dois; deputado Zé Raimundo, presente, três.

Suplentes: deputado Jacó Lula da Silva, presente, quatro; deputado Marquinho Viana, presente, cinco. Há quórum.

Vou voltar para a Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Sandro Régis: V. Ex.^a pode repetir só os nomes da Comissão de Saúde, por favor? Só a Comissão de Saúde, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Saúde. Já teve quórum. Eu vou repetir para V. Ex.^a.

Deputado Eduardo Alencar; deputado José de Arimateia; deputado Alan Sanches, ausente; deputado Alex da Piatã, presente; deputado Bira...

O Sr. Sandro Régis: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Está o.k.

Comissão de Constituição e Justiça: Deputado Marcelino Galo, ausente; deputado Paulo Câmara, ausente; deputado Alan Sanches, ausente; deputado Antonio Henrique, ausente; deputado Euclides Fernandes, presente; deputada Ivana Bastos, ausente; deputado Vítor Bonfim, presente, dois; deputado Zé Raimundo, três; deputada Fabíola Mansur, quatro; deputado Jacó Lula da Silva, presente, cinco. Portanto, há quórum no âmbito das comissões. Volta o painel.

Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões. **(Parecer relatado pelo Deputado Rosemberg Lula Pinto na 5ª Sessão Extraordinária do dia 23/3/2022, favorável com a introdução de emendas do relator. Pedido de Vista do Deputado Sandro Régis.)**

Os Srs. Deputados que votam a favor permaneçam como se encontram. (Pausa)

Portanto, parecer aprovado com os votos contrários da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Para discutir o projeto no âmbito do Plenário, deputado Hilton Coelho, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, subo a esta tribuna para reafirmar a posição do Partido Socialismo e Liberdade, do Partido Comunista Brasileiro e do Partido da Unidade Popular pelo Socialismo absolutamente contrária a esse projeto, por um conjunto de razões que a sociedade baiana vem, de alguma forma, acompanhando, legitimando e fazendo a relação inevitável entre a porteira que vai ser aberta, que foi aberta nacionalmente, e a que se pretende abrir com esse projeto na Bahia para todo e qualquer tipo de privatização.

O líder do Governo ocupou esta tribuna para dizer que não se fala em privatização no projeto, mas o projeto fala de maneira aberta, sem querer parecer redundante, mas fala em capital aberto, capital fechado, presença majoritária do Estado, presença minoritária, fala da criação de empresas de propósito específico, enfim, um conjunto de instrumentos que estão relacionados diretamente a uma lógica de privatização. E o governo tenta vender aqui a ideia de que o objetivo seria fazer da Embasa uma grande concorrente das empresas privadas na Bahia e no Brasil, o que

não aconteceu em qualquer estado brasileiro que tenha afirmado essa lógica privatista.

Foi assim em São Paulo. Nós estamos acompanhando, ainda hoje, a crise hídrica em São Paulo, a empresa deixou a população sem qualquer assistência, sem qualquer serviço, às vezes, durante semanas, uma verdadeira crise humanitária no principal estado, no que tem mais arrecadação. E, ao final, a leitura que se fez lá é que o processo de privatização levou a empresa a fazer rateio entre os acionistas em relação ao que seria o superávit da empresa.

Ou seja, a empresa que mais arrecadaria levou a população a uma situação de caos e negação do direito ao saneamento básico, simplesmente porque os acionistas estavam abocanhando os lucros da empresa e a empresa não fez os investimentos necessários. Investimentos mínimos que puderam ser feitos com alguns quilômetros de dutos que foram financiados com recursos federais para que o serviço voltasse minimamente à normalidade. Esse foi o resultado da privatização em São Paulo.

No Rio de Janeiro, para aqueles apressados que podem dizer: “Não. Existem municípios que são deficitários e outros que são superavitários, então, nos municípios superavitários, quando as empresas privadas passarem a ter o controle, nós teremos uma redução das tarifas,” a realidade tem mostrado justamente o contrário. Não só as tarifas aumentaram nessas situações em que o saneamento foi privatizado – mesmo nos municípios superavitários –, como o grosso dos municípios, aqueles considerados deficitários, ou seja, não lucrativos, passaram a ser abandonados.

Mesmo nos municípios superavitários, eles dividiram em blocos e muitos bairros da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, não têm hoje o serviço prestado pelas empresas que têm o grosso do lucro, porque elas não se interessam pelos blocos dentro do próprio município. Ou seja, é o salve-se quem puder, é o fim do subsídio cruzado e, portanto, uma posição cruel de afirmação das ideias de que os mais fortes, os que podem pagar, vão ter saneamento e a população, que deve ter o direito básico garantido pelas convenções da ONU, não vai ter esse direito respeitado.

Se nós pensarmos na experiência internacional, a situação é ainda é mais dramática, porque, aqui, no Brasil, foram os estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Tocantins e do Amazonas que passaram por essas experiências, todas elas experiências falidas que estão levando a população às ruas. Internacionalmente, já são computados 311 casos de reestatização das empresas, seja de cidades, seja de países que passaram por essa experiência lamentável de colocar o saneamento básico a serviço do lucro de grandes empresas. Então é, sem dúvida, do ponto de vista da maioria, um projeto falido.

Mas por que é um projeto reafirmado? Porque os grandes conglomerados econômicos, desde o início da década passada, colocaram como grande objetivo controlar a água no mundo e o Brasil está na mira desses grandes grupos econômicos.

Para se ter uma ideia, um único aquífero do Brasil, o Aquífero Grande Amazônia, enquanto o mundo já antecipa uma crise hídrica nas próximas décadas, com uma negação severa do direito à água a bilhões e bilhões de pessoas da

humanidade, aqui, no Brasil, apenas o Aquífero Grande Amazônia tem a capacidade de abastecer o mundo por cerca de 400 anos. Sem falar do Aquífero Guarani e tantos outros que nós temos e que são enormes mananciais de água. É nesses mananciais que o grande capital está de olho, porque eles estão de olho na produção da água, estão de olho na distribuição e querem controlar os nossos rios.

Nós temos experiências na Bolívia e no Chile, que estão reestatizando o seu saneamento básico, de situações em que os povos indígenas tiveram que estabelecer um verdadeiro campo de guerra para terem acesso aos seus rios e não tenha dúvida de que é isso que o grande capital quer fazer e já está fazendo na Bahia.

A região do Oeste baiano é um exemplo disso. A revolta em Correntina foi, em grande medida, a revolta do povo que disse: “Nós não vamos aguentar sermos privados do direito à água”. Em função disso, mais de uma dezena de milhares de pessoas foram para as ruas de Correntina, uma cidade que tem um número de habitantes quase equivalente àqueles que foram às ruas nesse processo de mobilização contra o controle da água em função do desespero da população, enfrentando os grandes oligopólios que, hoje, estão implantados na região e representam os esquemas do agronegócio que nós vimos aqui se desmoralizar com a Operação Faroeste, que mostrou o esquema corrupto que está se alastrando na Bahia – não apenas no Oeste baiano, mas ali de maneira inequívoca –, que derrubou o secretário da Segurança Pública, que mostrou um esquema perverso não apenas de negação do direito ao território, mas de negação de tudo o que está no território, inclusive a água. Aliás, já é um consenso que essas grandes empresas do agronegócio querem não exportar abstratamente a produção, mas, principalmente, a exportação da nossa água, porque a Bahia é muito rica em água, especialmente a caixa d’água do São Francisco, onde foi revelado esse esquema. E não é um esquema de latifúndio que está implantado em qualquer lugar, é um esquema de latifúndio assentado na caixa d’água do São Francisco.

Então é todo um debate sobre a água como um bem inalienável do povo, do povo brasileiro e do povo baiano, que está em jogo. E nós podemos ter a Embasa, infelizmente, como a vanguarda nacional dessa tragédia social que é a negação do direito a água. Todo argumento que é dado aqui é um argumento negado pelos grandes especialistas, não é? Nós temos renomados especialistas, aqui, na Bahia, que têm dito o inverso, mas o argumento do governo é o de que a Embasa precisaria se adequar às modificações trágicas que foram feitas no Marco Regulatório do Saneamento Básico em nosso país pelo governo Jair Bolsonaro. Mas todos os especialistas dizem, acusando, inclusive, a Bahia de tomar a dianteira nessa adequação de que nós não precisamos dar um passo nessa direção, porque essas alterações no marco regulatório estão *sub judice*. Elas estão sendo julgadas pelo STF sob a acusação de serem, inclusive, inconstitucionais.

Por que a Bahia precisa se antecipar e fazer a implementação prática, fazer o encaixe dessa modificação na legislação nacional que tem o caráter nefasto, dando as condições específicas de implementação dessa política em nosso estado? Se os outros

estados da Federação estão passando ao largo disso, por que a Bahia precisa se antecipar e colocar a nossa Embasa no trajeto da privatização? É inaceitável!

O que este país quer, inclusive tem demonstrado nas pesquisas, é passar a página desse capítulo chamado Jair Bolsonaro, de destruição dos nossos grandes instrumentos de afirmação da soberania nacional, dentre eles o controle da nossa água pelo povo brasileiro.

Então, nós não precisamos e não podemos ter pressa para nos adequar à legislação nacional, porque, deputado Tiago Correia, quando nós estivermos numa situação em que isso seja discutido e revertido nacionalmente, nós já poderemos ter o processo de destruição concreto da nossa Embasa. E, como alguém falou lá na frente, aquele povo que hoje está em frente à Assembleia Legislativa, representado, pelos companheiros que ocupam a galeria: vai ser um processo de esquarteramento da nossa Embasa, de ocupação dos territórios, de enfraquecimento da empresa.

E aqui eu quero reafirmar um elemento que não pode ser escondido por ninguém, porque é fato: o fato de a Embasa ser uma empresa pública a coloca numa situação em que ela pode usufruir da imunidade tributária recíproca. Isso já deu, praticamente, um ganho de causa à empresa numa situação em que nós vamos ter a restituição para a Embasa de cerca de R\$ 3,5 bilhões. Isso é muito dinheiro para investimento e, ao mesmo tempo, é o fato inegável, é a comprovação inegável de que a Embasa terá que ter anualmente restituído... vai ser restituído ao seu patrimônio, vai ter acrescentado ao seu patrimônio R\$ 307 milhões... perdão, R\$ 350 milhões. Ao mesmo tempo, caso ela perca essa possibilidade, esse *status* de empresa pública, vai ter que passar a pagar, vai deixar de receber R\$ 350 milhões para passar a pagar R\$ 507 milhões. É só fazer uma soma muito evidente para perceber que, de cara, nós perderemos R\$ 857 milhões de capacidade de investimento da Embasa. E é isso que estará por trás na medida em que a Bahia se antecipar, se adequar a essa legislação que está *sub judice*.

Eu volto a afirmar aqui: à medida em que a Bahia se antecipar, implementar esse projeto, ela vai fragilizar a nossa Embasa de maneira indelével. Por quê? Porque hoje nós temos 96% de ações da Embasa pertencentes ao poder público, portanto 4% na mão de acionistas privados. Se isso se elevar em 2% ou 3%, talvez até menos que isso, a Embasa vai perder o *status* de empresa pública e a perda dessa situação de imunidade tributária recíproca vai levar a essa perda anual de R\$ 857 milhões.

Hoje, nós temos investimentos que estão sendo feitos na Embasa que podem torná-la, a curto prazo, uma empresa autossuficiente em relação ao seu consumo de energia através da implementação de um projeto de captação de energia solar. Vocês sabem qual o significado disso? O custo de energia é o principal custo de produção da nossa Embasa. Em muito pouco tempo, a gente pode ter uma empresa com excelente capacidade de investimento, com possibilidade, talvez, de redução, inclusive, da conta, com o potencial enorme de fazer a cobertura de 100% do povo baiano.

Nós podemos ter uma Cerb – e esse é um capítulo muito importante do nosso debate – também fortalecida, porque, no último período, essa empresa, a Cerb, que

nasce por dentro do que é o patrimônio Embasa, tem tido um papel espetacular em relação ao fornecimento de água e o serviço de esgotamento sanitário nas áreas rurais da Bahia.

Enquanto a Embasa serve às áreas urbanas, a Cerb serve às áreas rurais e tem operado uma transformação muito significativa nas áreas rurais da Bahia. O que vai acontecer com o sucateamento e enfraquecimento da nossa Embasa é também uma fragilização da nossa Cerb. Então o que está em jogo é algo muito grande, é algo muito significativo. Nós não podemos subordinar esse grande objetivo de satisfazer às necessidades do nosso povo aos conchavos que foram feitos, que passam a dar o tom do governo e fazer com que este governo, que está sendo tão questionado, que está tão fragilizado neste momento, se disponha a implementar uma posição tão antipopular como esta que é a de antecipar a política de Jair Bolsonaro no estado da Bahia, privatizando o nosso serviço de saneamento básico.

Portanto, nós queremos chamar a atenção de todos os deputados e deputadas desta Casa: quando os trabalhadores que estão aqui, na galeria, estão dizendo “se votar, não volta” (Palmas) é porque eles têm a absoluta consciência de que a sociedade baiana será implacável com esses deputados que traírem as suas necessidades mais fundamentais, porque a água é coisa de beber, água é coisa de cozinhar, água é desenvolvimento regional e isso não pode ficar na mão de grandes oligopólios privados do capital financeiro. Em qualquer lugar do mundo, inclusive aqui, no Brasil, são os grandes sujeitos que passam a deter o controle da água, que deve servir aos povos.

Executar, levar à frente a votação desse projeto é executar, na prática, essa traição aos interesses mais legítimos do nosso povo sob um discurso que eu já ouvi, aqui, de deputado, de que a nossa Embasa não satisfaz às necessidades do nosso povo, a ninguém aqui é dada a prerrogativa de trabalhar com a consciência ingênua. A condição de deputado é uma condição de entender o que é o trajeto das coisas, e o trajeto da nossa Embasa é um trajeto de vitórias. Nós saímos de uma situação de, alguns anos atrás, estar em torno de 50% de cobertura do saneamento básico para uma situação que já beira os 90%... perdão, a mais de 80% de cobertura do saneamento básico. Isso não é pouca coisa, isso demonstra que essa empresa que está aí se for, realmente, valorizada, se essa empresa não for solapada por esses interesses mesquinhos de particularistas, ela tem todas as condições de responder...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. HILTON COELHO: (...) às necessidades mais importantes do povo baiano.

Portanto, nós queremos finalizar dizendo que o nosso voto é 100% contrário... (Palmas)

(As galerias se manifestam.)

O Sr. HILTON COELHO: (...) a esse Projeto nº 24.362, e que todo deputado que tenha o mínimo de humanidade, o mínimo de consciência, precisa botar a mão

nela neste momento e votar contrariamente a esse projeto, senão o seu mandato, com certeza... os sujeitos que estão aqui, que estão...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. HILTON COELHO: (...) espalhados pela sociedade baiana, tornarão esses mandatos um capítulo passado, um verdadeiro lixo da história.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 24.362/2021, do Poder Executivo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam...

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Questão de ordem, deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Eu gostaria de pedir uma verificação de quórum de votação nominal.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes, atendendo a uma solicitação de verificação de quórum do deputado Tiago Correia, para que a gente possa votar esse projeto, porque não é um projeto que vai colocar nada no lixo, é um projeto que transforma essa companhia numa companhia capaz de disputar os principais projetos de saneamento na Bahia e no Brasil.

E dizer que não é V.Ex.^a, deputado Hilton, que vai dizer quem volta e quem não volta a esta Casa.

O Sr. Hilton Coelho: Não sou eu, deputado. É o povo que vai dizer, com certeza.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Quem diz é o povo baiano.

(As galerias se manifestam.)

E a população baiana sabe o que cada um faz aqui.

E por trás do seu discurso está a fragilização da companhia para se tornar presa fácil para as empresas privadas. É bom que o povo baiano saiba disso.

Mas eu queria, Sr. Presidente, que V.Ex.^a marcasse os 25 minutos para que a gente pudesse conclamar todos os deputados e deputadas a atenderem ao pedido de verificação de quórum do deputado Tiago Correia.

Eu tenho convicção...

Mas, Sr. Presidente, queria que V.Ex pudesse convocar todos os parlamentares, fazer soar todas as campainhas, convidar nominalmente cada um e marcar os 25 minutos, para que a gente possa votar esse projeto e depois votar o projeto do Fundo do Idoso, que está tramitando aqui, nesta Casa, e é de suma importância para esse público.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum de votação feito pelo deputado Tiago Correia. Precisamos, portanto, para colocar o projeto em votação, de 32 Srs. Deputados em Plenário.

Portanto, zerem o painel e passem a contar os 25 minutos.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, queria aproveitar este momento aqui, já que a gente tem uma grande relação entre a Assembleia Legislativa e as câmaras de vereadores, para parabenizar a eleição hoje do vereador Geraldo Júnior para presidente da Câmara de Salvador. Foi para a reeleição e foi eleito para mais um biênio. Nesse relacionamento entre as casas legislativas do estado da Bahia, quero, aqui, em nome dos deputados da Bancada da Maioria, parabenizar, desejar sucesso àquela casa legislativa. Que votem sempre olhando para a cidade de Salvador, independentemente do posicionamento político de cada um, mas desejando que todos os projetos sejam encaminhados, sejam analisados e votados de forma a ajudar ao desenvolvimento da nossa querida cidade de Salvador.

Então, quero deixar registrado aqui e parabenizar a eleição da Mesa Diretora na Câmara de Vereadores de Salvador, presidida por mais um biênio pelo presidente Geraldo Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Já há quórum.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam da forma em que se encontram.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, registre o voto contrário do pessoal, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Os Srs. Deputados que...

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, o voto é nominal no painel!

Parlamentar não identificado: Não!

O Sr. Sandro Régis: Claro que é!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não... não. V. Ex.^a não pediu.

O Sr. Sandro Régis: O voto é nominal no painel!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): V. Ex.^a não pediu...

O Sr. Sandro Régis: Claro que é, Sr. Presidente! Claro que é!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Tudo bem, mas nós não vamos fazer aqui passar rodo, até porque trata-se...

O Sr. Sandro Régis: Agora é aberto. Até porque o voto é aberto... Mas não...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, rapaz!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Por que não se manifestou antes da votação?

O Sr. Sandro Régis: Mas o voto é nominal. O deputado tem que votar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado Rosemberg, ele se manifestou antes.

O Sr. Sandro Régis: Não, não, não, não, não, não, não, não, não, não!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): V. Ex.^a será atendido.

Então, zerem o painel para os deputados se manifestarem através do voto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu estou numa posição...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado, ele fez ainda no momento preciso...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós nunca... É uma votação simples.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado Rosemberg, trata-se de um projeto polêmico...

O Sr. Sandro Régis: Rosemberg, na sessão passada foi assim!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): (...) e esta Casa não pode fazer isso.

O Sr. Sandro Régis: Rosemberg, na eleição passada foi assim.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): V. Ex.^a me desculpe...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Na eleição passada foi assim porque era quórum qualificado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Esta não é uma votação de quórum qualificado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Se qualquer líder pedir que o voto seja no painel, a gente tem que colocar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, Sr. Presidente, não. Nós não temos essa prática aqui, na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Temos a prática, sim.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Entenda bem. Até porque os deputados... aqui só tem dois deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Zerem o painel para votação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Qual é o problema, deputado? Aqui você já ganha.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Eu não vou...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não... V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Se for pela ordem para corrigir a Presidência eu não vou dar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: V. Ex.^a pode até negar...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Zerou? Não zerou ainda.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) mas eu quero deixar registrado nesta Casa que não é regimental essa forma de votação quando ela não é de quórum qualificado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado Rosemberg, eu estou aqui...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Eu estou aqui e respeito muito V. Ex.^a. Eu acho que tempo não mede experiência, mas desde que eu cheguei a esta Casa, quando não tinha painel, se pedisse que o voto fosse declarado nominalmente assim era feito. É um direito do parlamentar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Eu estou aqui com Carlinhos, e nós faremos dessa forma.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para os votos qualificados, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Eu acho que V. Ex.^a está criando polêmica à toa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não. Não é à toa, não.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): À toa!

Eu acho que deve servir, inclusive, para qualquer desgaste desta Casa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, nós temos maioria suficiente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Eu não quero que esta Casa saia desgastada, deputado Rosemberg. Esta Casa vai proceder da forma mais democrática e transparente possível.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Está bem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Já tem três votos no painel.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Se é no painel, eu pediria a V. Ex.^a que pedisse aos líderes para indicar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Como?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para fazer a indicação.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): As pessoas estão votando, deputado Rosemberg, “sim” ou “não”.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria fazer a indicação da Bancada da Maioria...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) para que os deputados votassem “sim” pela aprovação do projeto.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, a Bancada da Oposição também encaminhará o voto contrário ao projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Mas terão que registrar o voto.

O Sr. Sandro Régis: Registrar e votar, claro.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu quero encaminhar o voto do PSOL aqui, absolutamente contrário a esse projeto nefasto...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): V. Ex.^a vota no painel.

O Sr. Hilton Coelho: Eu quero deixar registrado aqui o encaminhamento do voto do PSOL absolutamente contrário a esse projeto nefasto que marca, de maneira absolutamente maléfica, a história do saneamento básico na Bahia.

O Sr. Robinho: Presidente! Presidente! Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Eu não estou vendo. Quem está pedindo? Alguém está pedindo questão de ordem?

O Sr. Robinho: Presidente, é o deputado Robinho.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado Robinho, nós estamos procedendo à votação aqui neste momento.

O Sr. Robinho: Não é uma questão de ordem. Só para uma questão...

Quem está pelo celular, como é que eu faço para votar aqui?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Vote no SevWeb.

O Sr. Robinho: Ah! Então eu tenho que abrir aqui. Certo! Beleza. Obrigado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, para o deputado Robinho falar ele precisa dar a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): V. Ex.^a não pode votar porque V. Ex.^a não está presente.

Robinho vai ter que dar presença para votar. É obrigatório. Senão o sistema não abre.

(Procede-se à votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Nós vamos abrir o painel. Por favor, podem abrir o painel.

São 26 votos “sim”; 7 votos “não”.

O projeto está aprovado **em discussão única**.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 24.362/2021

Altera a Lei nº 2.929, de 11 de maio de 1971, na forma que indica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica acrescido o art. 15-A à Lei nº 2.929, de 11 de maio de 1971, com a seguinte redação:

“Art. 15-A - Constitui objeto social da EMBASA a prestação de serviços de saneamento básico no Estado da Bahia e em todo o País, compreendendo as atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como seus subprodutos de forma adequada à saúde pública e em quaisquer outras correlatas que guardem relação direta ou indireta com o setor, para si ou para terceiros, conservando os recursos naturais, o meio ambiente e a segurança da vida, sem prejuízo da sustentabilidade financeira e com observância da universalização, controle social, prestação regionalizada e de outras formas previstas na legislação brasileira sobre os serviços.

§ 1º - Considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e disponibilização, manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público, desde a captação até as ligações prediais e os seus instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e disponibilização, manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até a sua destinação final para a produção e comercialização de água de reuso ou o seu lançamento de forma adequada no meio ambiente.

§ 2º - Devem ser asseguradas, em caráter prioritário, as condições de

correta e adequada operação e eficiência na prestação dos serviços mencionados no *caput* deste artigo, sob o regime de qualquer modalidade de prestação de serviços previstas na legislação, inclusive de forma regionalizada, respeitada a autonomia dos municípios e as estruturas de governança das Regiões Metropolitanas e das Microrregiões de Saneamento Básico, conforme legislação aplicável.

§ 3º - Para consecução do objeto social e de suas finalidades, a EMBASA poderá:

I- coligar-se e associar-se, por qualquer forma, com outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive participar e formar consórcio;

II- constituir ou integrar Sociedade de Propósito Específico - SPE, organizada como sociedade por ações ou limitada, de capital aberto ou fechado, majoritária ou minoritariamente, com objetivo específico e prazo de existência determinado, para que possa participar de licitações na área de saneamento básico de acordo com a Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;

III - subconceder ou subdelegar parte de suas atividades a terceiros com anuência prévia dos entes concedentes envolvidos na concessão, observando o quanto disposto nas Leis Federais nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 14.026, de 15 de julho de 2020;

§ 4º - Os instrumentos legais celebrados com terceiros para a prestação dos serviços dispostos no *caput* deste artigo deverão conter de forma expressa a possibilidade de realização direta pela EMBASA ou por sociedade, consórcio ou associação que venha a ter participação, condicionada à comprovação da viabilidade técnica, e do equilíbrio econômico-financeiro, a partir de estudo de alternativa, sendo a EMBASA detentora ou não da concessão das atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

§ 5º - Compete ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral da EMBASA deliberar sobre o quanto disposto nos incisos I, II e III do § 3º e no § 4º deste artigo.

§ 6º - Ficam ressalvados os casos em que haja exigência legal de autorização legislativa”. (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de março de 2022.

Deputado Rosemberg Lula Pinto
Relator

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, ainda está aberto para votação, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não. Terminou. Inclusive esperei 32 deputados. E isso nem era necessário.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, mas este encaminhamento está claro. Eu quero que a Mesa registre o nosso voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Você não votou? Vote aí, meu amigo. Vote!

O Sr. Hilton Coelho: Peça para abrir aí.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Pronto. Considere, aí, o voto contrário do deputado Hilton Coelho. Eu pedi para votar desde o início, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O próximo é o Projeto de Lei nº 24.459/2022, do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Este projeto...

Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós, eu e o deputado Sandro Régis, fizemos um acordo. Vai se fazer a leitura. Vamos aprovar por aclamação, entendendo que é um projeto de consenso de todos os deputados aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O.k.

Este projeto, deputado Rosemberg, tem três relatores; basta um ler.

Então, deputado Zé Raimundo, eu quero registrar que este projeto teve como relatores os deputados José de Arimateia, Zé Raimundo e a deputada Maria del Carmen.

Para ler, deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, eu gostaria, inicialmente, de parabenizar o governador do estado, Rui Costa, o secretário Carlos Martins e toda a sua equipe e, de forma especial, a Sr.^a Lúcia Mascarenhas, que é a responsável pelas políticas de defesa dos idosos.

Chamo a atenção, também, para que todos saibam que este projeto foi construído por muitas mãos, por muitas ideias no âmbito das comissões, mas, de forma muito especial, pelas destacadas participações das deputadas Maria del Carmen, Neusa Cadore e Fátima Nunes, e do deputado José de Arimateia.

E, ao longo deste período, Sr. Presidente, este deputado, juntamente com o meu mandato, nós discutimos a temática do idoso. Realizamos algumas reuniões. Inclusive, houve uma audiência pública no âmbito das comissões internas da Casa.

Estivemos com o secretário, Dr. Manoel Vitória, discutindo o arranjo institucional. Também, conversamos com a Casa Civil para que esse projeto tivesse realmente o consenso que ele merece. Inclusive este deputado que vos fala foi autor de um projeto que tramitou no âmbito das comissões. Mas, pela iniciativa do Executivo, o projeto se tornaria muito mais ágil e, digamos assim, tiraria qualquer dúvida com relação a sua origem.

Por isso, eu gostaria de parabenizar todos esses colegas deputados, as lideranças que agora acordaram, o nobre deputado Rosemberg Pinto e Sandro Régis, para que fosse consensualmente aprovado.

E, muito rapidamente, passando, portanto, às formalidades:

(Lê) *“Parecer*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Direitos Humanos e Segurança Pública; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.459/2022, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual da Pessoa Idosa, e dá outras providências.’

A proposição que ora venho relatar, encaminhada a esta Casa pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, tem por objetivo a criação do Fundo Estadual da Pessoa Idosa, como ‘instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Estado da Bahia, reiterando, assim, o compromisso do Governo do Estado em assegurar direitos sociais e condições para promover ações efetivas que resguardam a população idosa baiana’, conforme registra a Mensagem Governamental.

Vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, que prestará o suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, o Fundo será gerido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEPI/BA, ao qual caberá decidir sobre a destinação dos recursos correspondentes às suas receitas, as quais serão constituídas por: transferências da União, de outros Estados e dos Municípios; doações, contribuições e legados de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, ou de organismos internacionais; multas decorrentes de infrações cometidas contra os idosos, em

conformidade ao disposto na Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; recursos financeiros oriundos de convênios, contratos ou acordos, celebrados pelo Estado e por instituições ou entidades públicas ou privadas, governamentais ou não governamentais, nacionais ou internacionais, destinados a programas, projetos e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa; rendas provenientes da aplicação dos seus recursos e ainda outros recursos que lhes forem destinados.

Trata-se, enfim, de medida de relevante interesse social, porquanto voltada para a proteção e defesa da pessoa idosa no nosso Estado.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por não haver restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 29 de março de 2022.”

Para concluir, Sr. Presidente, ressalto que esse projeto, que esse fundo que o governador acaba de criar vem em boa hora, porque o que nós temos assistido é à destruição das políticas sociais, sobretudo dos programas que cuidavam das pessoas, pelo governo federal. Mais do que nunca, é fundamental que o governo do estado assuma essa articulação apoiando os municípios, orientando os municípios, para que no âmbito de cada município tenha também o conselho do idoso, o fundo do idoso, para que possamos, a partir daí, então, construirmos uma política nessa área, fundamentada, séria e que produza resultado na vida das pessoas.

E realmente, Sr. Presidente, foi com muita alegria que eu tive o privilégio de relatar esse projeto, até também pelo acúmulo que nós tivemos em Vitória da Conquista. Quando das nossas gestões do PT, criamos muitos conselhos – da criança, do adolescente, do idoso, dos quilombolas – para que esses conselhos e para que esses fundos também pudessem abrigar as políticas sociais.

É o nosso parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo. Portanto, opino pela aprovação do projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Em votação o parecer dos relatores no âmbito das comissões. Os deputados que votam a favor permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade.

Votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade **em discussão única**.

PROJETO DE LEI Nº 24.459/2022

Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual da Pessoa Idosa, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Estado da Bahia.

Parágrafo único - O Fundo a que se refere o *caput* deste artigo será vinculado à unidade de despesa da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS.

Art. 2º - Compete ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEPI/BA gerir os recursos que forem alocados ao Fundo Estadual da Pessoa Idosa.

§ 1º - A SJDHDS dará suporte à gestão do Fundo Estadual da Pessoa Idosa, bem como designará o seu gestor financeiro.

§ 2º - A gestão financeira do Fundo Estadual da Pessoa Idosa será acompanhada pelo CEPI/BA.

§ 3º - Compete ao CEPI/BA decidir a destinação dos recursos correspondentes à receita do Fundo Estadual da Pessoa Idosa.

Art. 3º - Constituem receitas do Fundo Estadual da Pessoa Idosa:

I - transferências da União, de outros Estados e dos Municípios;

II - doações, contribuições e legados de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, ou de organismos internacionais;

III - multas decorrentes de infrações administrativas em razão de desobediência ao atendimento prioritário da pessoa idosa e de descumprimento, por entidade de atendimento ao idoso, das prescrições da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003;

IV - multas aplicadas pela autoridade judiciária, com fundamento na Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, em razão de irregularidade em entidade de atendimento à pessoa idosa ou por descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;

V - multas penais decorrentes de condenação por crimes previstos na Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003;

VI - recursos financeiros oriundos de convênios, contratos ou acordos, celebrados pelo Estado e por instituições ou entidades públicas ou privadas,

governamentais ou não governamentais, nacionais ou internacionais, destinados a programas, projetos e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;

VII - rendas provenientes da aplicação dos seus recursos, observada a legislação pertinente;

VIII - outros recursos que lhes forem destinados.

§ 1º - Os recursos provenientes de doação de pessoas físicas e jurídicas poderão ser deduzidos do imposto de renda, nos termos da Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010.

§ 2º - O Fundo Estadual da Pessoa Idosa terá prazo indeterminado.

§ 3º - Na hipótese de extinção do Fundo Estadual da Pessoa Idosa, seu patrimônio será revertido ao Tesouro Estadual, na forma de regulamento.

Art. 4º - Os recursos do Fundo Estadual da Pessoa Idosa serão depositados, obrigatoriamente, em conta específica a ser aberta na mesma instituição contratada pelo Estado da Bahia para movimentação dos recursos do Tesouro Estadual.

Parágrafo único - Nas hipóteses de exigências legais ou regulamentar ou de normas operacionais de alguma fonte repassadora, para manter os respectivos recursos em estabelecimentos financeiros oficiais ou em contas específicos, outras contas poderão ser abertas, mas sempre com a denominação identificadora de “Fundo Estadual da Pessoa Idosa”.

Art. 5º - Compete ao CEPI/BA deliberar sobre a movimentação de recursos financeiros vinculados ao Fundo Estadual da Pessoa Idosa e estabelecer normas referentes à organização e à operacionalização do referido Fundo.

§ 1º - Visando ao cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o CEPI/BA, preliminarmente, deverá aprovar a programação que anualmente integrará o Plano Plurianual do Estado e a Lei Orçamentária Anual do Estado, bem como fiscalizar a aplicação dos recursos e a execução dos programas e das ações por ele financiado.

§ 2º - O orçamento do Fundo Estadual da Pessoa Idosa observará, na sua elaboração e execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 6º - As atividades de apoio administrativo necessárias ao funcionamento do Fundo Estadual da Pessoa Idosa serão prestadas pela SJDHDS, diretamente ou por meio de entidade integrante da sua Administração Indireta.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias em decorrência desta Lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da SJDHDS, após lançamento no planejamento anual da Pasta, e a aprovação orçamentária respectiva, mediante concessão de créditos adicionais, se necessário.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, no que couber.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não havendo mais nada a ser tratado, nenhum projeto a ser votado, declaro encerrada esta sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Dal, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula e Samuel Júnior. (04)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.